

ambiental:zero



ambiental
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



zero resíduos



zero desperdício



zero poluição



Relatório e Contas Anuais Exercício 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018 E 2017
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
- ANEXO (PERÍODO DE 2018)

MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS DE 2018



Índice

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
2.	ACTIVIDADE DA EMPRESA	3
3.	SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	6
3.2.1.	Resíduos depositados no Aterro Sanitário 1	8
3.2.2.	Resíduos depositados no Aterro Sanitário 2	8
3.2.3.	Resíduos depositados no Aterro Sanitário 1 por ano de exploração.....	8
3.2.4.	Resíduos depositados no Aterro Sanitário 2 por ano de exploração.....	9
3.3.1.	Ocupação/Vida útil do Aterro Sanitário 1	9
3.3.2.	Ocupação/Vida útil do Aterro Sanitário 2	11
4.	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS.....	14
5.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	17
6.	REVISÃO PERSU2020	19
7.	RECURSOS HUMANOS.....	22
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	22
9.	INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	23
10.	EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	23
11.	MENÇÕES FINAIS DE OBSERVÂNCIA LEGAL	24

Handwritten signatures in blue ink.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM foi constituída, nos termos da lei n.º 58/98, de 18 do Agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais – a qual foi entretanto revogada pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei 69/2015 de 16 de Julho, que estatui o regime jurídico do sector empresarial local -, com o fim de gerir o Sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos da área territorial dos Municípios Associados da AMAGRA.

1. O capital social da AMBILITAL, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00€), e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000€), pertencente à AMAGRA - Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, e a outra com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00€), pertencente à sociedade SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA;
2. São sócias da AMBILITAL a AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;
3. A AMAGRA, detentora de uma participação de capital de 51%, é uma Associação dos Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem por objeto, entre outros, projetar, implementar e gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos dos seus Municípios Associados;
4. Os Municípios da AMAGRA são titulares de um Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos constituído por um Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, Ecocentro e Central de Valorização Energética (em Ermidas-Sado), quatro Estações de Transferência/Ecocentros (em Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira) e três Ecocentros (Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Sines) devidamente equipados, destinados à receção, transferência, tratamento e valorização, dos RU provenientes das recolhas municipais dos Municípios seus Associados.
5. A SUMA, detentora de uma participação de capital de 49%, é uma sociedade comercial que opera na Área da gestão de resíduos sólidos, com experiência comprovada na recolha, valorização, tratamento e deposição final de resíduos, dominando, entre outras, as tecnologias ligadas à recolha

seletiva, triagem de materiais, valorização de resíduos por compostagem e ainda deposição final de resíduos sólidos em aterro sanitário;

6. A AMBILITAL foi constituída por escritura pública em 5 de março de 2001 e iniciou a sua atividade em 13 de março de 2001. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 5 de junho de 2001 (III Série DR n.º 130);
7. A publicação do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de agosto, na sua redação actual, estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos estabelece, para o serviço de gestão de resíduos urbanos prestado pelas entidades por ele abrangidas, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação;
8. Em 23 de julho de 2015 a AMAGRA e a Ambilital, EIM assinaram o contrato de gestão delegada do sistema intermunicipal de gestão de resíduos da AMAGRA gerido pela Ambilital;
9. Foi também aprovado o regulamento de serviços de gestão de resíduos urbanos do sistema intermunicipal da AMAGRA;
10. A empresa tem a sua sede no Monte Novo dos Modernos, freguesia de Ermidas do Sado, concelho de Santiago do Cacém.

2. ATIVIDADE DA EMPRESA

A AMBILITAL é a empresa responsável pela exploração e gestão das infra-estruturas respetivas, bem como pela avaliação e promoção dos investimentos de ajustamento do Sistema considerando as condições atuais de produção de RU.

Nos termos dos documentos previsionais para o exercício de 2018 constituíram pressupostos fundamentais da atividade da empresa para o presente exercício:

1. O reforço da estrutura de gestão do *Sistema*, dotando a empresa das condições necessárias à centralização de competências, afirmando-a como a entidade de referência para a conceção, investimento e gestão em serviços públicos para a recolha e tratamento de RU;

B
R
D

2. Manter a capacidade do Sistema e ampliar as atividades da empresa e a sua resposta às crescentes exigências de gestão de um maior fluxo de resíduos e do cumprimento da estratégia prevista no PERSU 2020, cujas metas para 2018, a fim de dar cumprimento ao mesmo são:

Tabela 11 – Metas afetas à AMBILITAL para o ano 2018.

Meta/ano	2018
Preparação para a reutilização e reciclagem (%)	63%
Deposição de RUB em aterro (%)	30%
Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano)	42

Constituíram atividades relevantes da empresa durante o ano 2018:

- Início da selagem do Aterro Sanitário nº1 (selagem dos taludes e instalações de redes de drenagem de águas pluviais e lixiviados);

- Aprovação da Candidatura “AMBILITALZERO”, em fevereiro de 2018, investimento candidatado no valor total de 95.856,06 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020)”, no âmbito das ações de educação e sensibilização com vista a valorização de Resíduos Urbanos;

- Execução de procedimentos de contratação pública no âmbito das candidaturas “Ampliação e optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos, investimento no valor total estimado de 8 450 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020) e “Optimização e ampliação da rede de recolha selectiva”, investimento no valor total estimado de 2 402 500,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020), aprovadas pelo POSEUR, nomeadamente:

- CP/CCP/01/18 - Empreitada de Construção da Ampliação/Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), adjudicado por 662.175,79€;

- AJS/1/2018 - Serviços de fiscalização da “Empreitada de Construção da Ampliação/Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB)” - Concurso Público CP/CCP/01/18, adjudicado por 4.890,00€

- CP/CCP/04/17 “Aquisição de 4 viaturas de recolha e 1 de transferência de resíduos recicláveis”, adjudicado por 889.155,00€.

- CPI/CCP/01/18 – “Aquisição de 300 Ecopontos”, adjudicado por 336.000,00€

- CP/CCP/08/18 – “Operacionalização do Plano de Ação - Ações relativas ao ano 1, incluindo produção gráfica e plano de meios”, preço base 75.494,36€, em fase de contratação pública.
- CPI/CCP/01/19 “Aquisição de Sistema de Aspiração, Triagem e Enfardamento de Filme e Embalagens Planas de Mistos”, preço base 2.320.000,00€, em fase de contratação pública.

- Estudo e definição de solução de secagem de CDR.

- Construção da estrutura do armazém de secagem de CDR, no valor de 149.776,16€ e preparação do procedimento de construção de laje de pavimento com pré-instalação de piso radiante com preço base 149.990,00€

- Instalação de Unidade de Pequena Produção (UPP) de electricidade a Biogás de 250kW, ampliação do PT e realocização do motor de co-geração no valor de 338.442,00 €, em execução.

- Início da exploração da nova célula de deposição de RSU (Aterro 2);

- Início de operação da Estação de Transferência de Aljustrel;

No que diz respeito à Implementação do Plano Ação (PAPERSU) apresentado pela AMBILITAL às entidades competentes no âmbito do PERSU 2020, 2018 marcou a continuação dos investimentos e atividades candidatados e aprovados no âmbito do POSEUR.

Em 2018 a AMBILITAL continuou a efetuar a receção, apesar de serem atividades não reguladas, de RCD provenientes de obras particulares isentas de licença e não submetidas a comunicação prévia, cuja gestão cabe aos municípios nos termos da lei e a manutenção da recolha de OUA, cumprindo-se sempre o Regulamento Tarifário no que diz respeito ao equilíbrio desta atividade.



3. SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Sistema Intermunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos da AMAGRA é constituído por dois Aterros Sanitários, Central de Triagem, Sistema de Vidro, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, uma Unidade de Produção de CDR, duas Centrais de Valorização Energética localizados em Ermidas-Sado, cinco Estações de Transferência/ Ecocentro localizadas em Odemira, Alcácer do Sal, Aljustrel, Grândola e Santiago do Cacém e de dois Ecocentros localizados em Ferreira do Alentejo, e Sines.

3.1 Entrada de Resíduos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL

Tabela 2 - Tabela comparativa de entradas no Sistema de Gestão de Resíduos da AMAGRA gerido pela AMBILITAL em 2018 e período homólogo de 2017, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

RESÍDUOS COM ORIGEM URBANA OU EQUIPARADA						
ENTRADAS	Destino	Tipo de operação	Quantidade recebida 2018 (t)	Quantidade recebida 2017 (t)	Diferencial (t)	Diferencial (%)
Resíduos Indiferenciados	Aterro Sanitário	Eliminação	29.689,68	20.085,49	9.604,19	47,82
Resíduos Indiferenciados	UTM	Valorização	28.012,50	36.186,16	-8.173,66	-22,59
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Aterro Sanitário	Eliminação	465,38	311,78	153,60	49,27
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Valorização orgânica	Valorização	1.206,26	1.040,14	166,12	15,97
TOTAL (RU1)			59.373,82	57.623,57	1.750,25	3,04
Papel/Cartão	Central de Triagem	Valorização	2.303,61	2.185,92	117,69	5,38
Embalagens Plásticas e Metálicas	Central de Triagem	Valorização	1148,36	1.054,84	93,52	8,87
Embalagens de Vidro	Ecocentro	Valorização	1.815,60	1.795,28	20,32	1,13
TOTAL (RU2)			5.267,57	5.036,04	231,53	4,60
Embalagens de Madeira	Ecocentro	Valorização	130,30	148,44	-18,14	-12,22
REEE	Ecocentro	Valorização	210,43	161,53	48,90	30,27
Pilhas	Central de Triagem	Valorização	3,85	3,82	0,03	0,76
OAU	Ecocentro	Valorização	24,93	27,22	-2,29	-8,43
Metais	Ecocentro	Valorização	115,30	89,38	25,92	29,00
Rolhas de cortiça	Ecocentro	Valorização	0,00	0,12	-0,12	-100,00
Outras embalagens	Ecocentro	Valorização	0,28	0,94	-0,66	-70,07
TOTAL (RU3)			485,08	431,44	53,64	12,43
TOTAL RU			65.126,47	63.091,05	2.035,42	3,23
RESÍDUOS NÃO URBANOS (ACTIVIDADES COMPLEMENTARES)						
Óleos Hidráulicos	Ecocentro	Valorização	0,22	0,00	0,22	-
Pneus	Ecocentro	Valorização	526,22	492,38	33,84	6,87
Acumuladores de chumbo	Ecocentro	Valorização	0,02	0,04	-0,02	-50,00
RCD	Unidade RCD	Valorização	41,32	38,02	3,30	8,68
TOTAL RNU			567,78	530,44	37,34	7,04
TOTAL Global			65.694,25	63.621,49	2.072,75	3,26

[Handwritten signature]
 6

Comparando a quantidade de resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL em 2018 com o período homólogo de 2017, verifica-se em termos globais um aumento de 2.035,42t, ou seja de +3,23%.

Importa salientar que 72,16% dos resíduos biodegradáveis (verdes) recebidos no SGR foram encaminhados para Valorização Orgânica/Valorização. Este encaminhamento tem um relevante contributo para o desvio de RUB de aterro. Verificou-se que não foi possível encaminhar para valorização 465,38t (27,84%) de resíduos biodegradáveis (verdes) tendo em conta que apresentavam elevado índice de contaminação.

No que diz respeito aos resíduos recicláveis e valorizáveis provenientes da recolha seletiva, verifica-se em termos globais um aumento de 231,53t (+4,60%), verificando-se um aumento nas quantidades recolhidas de papel/cartão de 117,69t, nas embalagens plásticas e metálicas de 93,52t e nas embalagens de vidro de 20,32t.

Relativamente aos restantes resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos verifica-se em termos globais um aumento nos quantitativos de 37,34t (+7,04%).

Os resíduos recicláveis de embalagem provenientes da recolha seletiva representam 8,09% do total de resíduos urbanos e equiparados recebidos no SGR.

No entanto, na análise destes dados é necessário ter em conta a representatividade dos resíduos de embalagem e papel/cartão potencialmente recicláveis existentes nos resíduos depositados em Aterro, a qual corresponde a cerca de 30,07% (de acordo com as Campanhas de Caracterização de Resíduos realizadas em 2017). Tendo em conta esta representatividade, verifica-se que em termos proporcionais os 8,09% representam 26,90% da totalidade de resíduos de embalagem e papel/cartão potencialmente recicláveis existentes.

Importa salientar que, conforme foi referido anteriormente, e não obstante todos os investimentos em sensibilização, equipamentos e recursos humanos, no sentido de se conseguir atingir os objetivos de recolha que viabilizem economicamente o subsistema e que tenham um impacto positivo na vida útil do aterro e na melhoria das condições ambientais, ainda não foi possível atingir os valores de recolha que permitam desonerar os Municípios e tornar este subsistema sustentável.

Sobre a sustentabilidade do subsistema importa ainda ler, no ponto 6 as considerações sobre a revisão do PERSU2020.

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.2 Aterro Sanitário

Em 2018, foram depositadas no aterro sanitário 53.913,97t de resíduos provenientes dos municípios, de produtores privados e resíduos de produção da Ambital.

3.2.1. Resíduos depositados no Aterro Sanitário 1

Em 2018, foram depositadas no aterro sanitário 1, 29.602,29t de resíduos provenientes de:

• Municípios (incluindo Infratroia):	12.398,86t	41,88%
• Particulares	308,94t	1,04%
• Refugos/Rejeitados:	16.894,49t	57,07%

Verifica-se ainda que o aterro 1 esgotou a capacidade de recepção de resíduos em agosto de 2018, altura em que se deu início à exploração do aterro 2.

3.2.2. Resíduos depositados no Aterro Sanitário 2

Em 2018, foram depositadas no aterro sanitário 2, 24.311,68t de resíduos provenientes de:

• Municípios (incluindo Infratroia):	17.245,06t	70,93%
• Particulares	202,20t	0,83%
• Refugos/Rejeitados:	6.864,42t	28,24%

No que diz respeito às quantidades totais acumuladas, por ano, verifica-se a seguinte distribuição:

3.2.3. Resíduos depositados no Aterro Sanitário 1 por ano de exploração

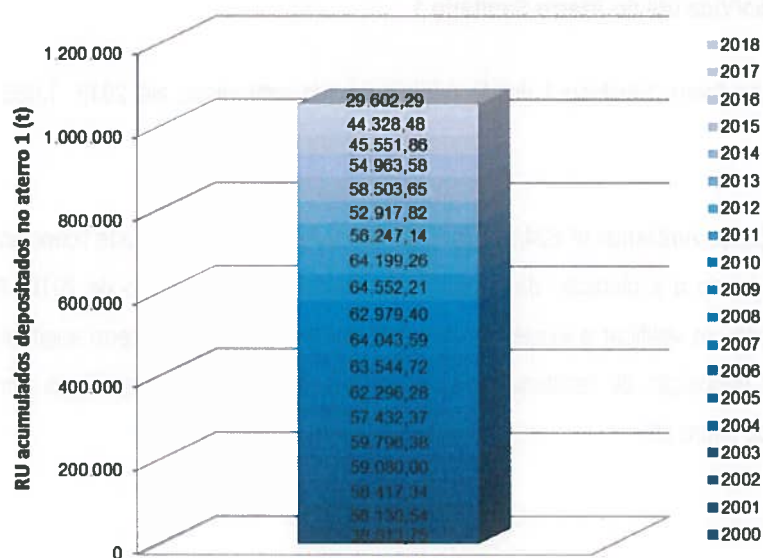


Gráfico 1 - Quantidade de resíduos depositada no Aterro Sanitário 1 por ano de exploração, em toneladas. Encontram-se depositadas no aterro sanitário 1, 1.053.400,55t de resíduos.



3.2.4. Resíduos depositados no Aterro Sanitário 2 por ano de exploração

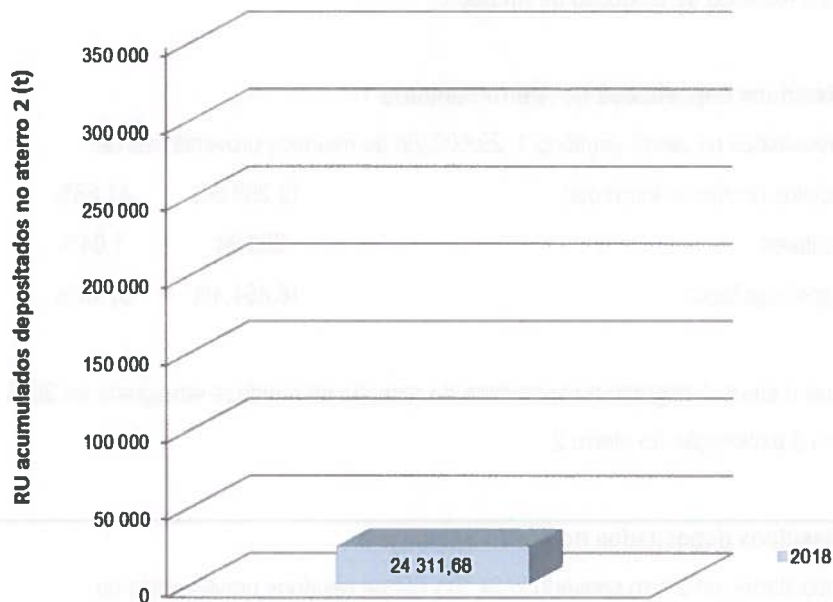


Gráfico 22 – Quantidade de resíduos depositada no Aterro Sanitário 2 por ano de exploração, em toneladas.

Encontram-se depositadas em aterro sanitário, 24.311,68t de resíduos.

3.3 Ocupação/ Vida Útil do Aterro Sanitário

3.3.1. Ocupação/Vida útil do Aterro Sanitário 1

Foram depositados no Aterro Sanitário 1 desde o início da sua exploração até 2018, 1.053.400,55t de resíduos.

De acordo com a Licença Ambiental nº 624/0.1/2016 de 16 de Agosto, a capacidade licenciada do aterro é de 1.184.790,00t, tendo a exploração deste aterro sido terminada em agosto de 2018. A esta data apesar de teoricamente se verificar a existência de capacidade disponível no aterro sanitário 1, não foi possível proceder à deposição de resíduos tendo em conta que as zonas disponíveis apresentavam apenas 20 a 30 cm de altura útil.



Tabela 3 - Total de Resíduos depositados, volume ocupado e disponível no Aterro Sanitário 1 até ao final do de 2018.

Ano	RU depositados (t)	RU depositadas acumuladas (t)	Quantidade disponível (t)	Quantidade disponível (%)	Volume Ocupado (m3)	Volume		Densidade (t/m3)	Volume Ocupado (%)	Volume Disponível (%)
						Ocupado	acumulado (m3)			
2000	38.813,75	38.813,75	1.145.976,25	96,72	36.473	36.473	1,06	3,20	96,80	
2001	56.130,54	94.944,29	1.089.845,71	91,99	52.742	89.215	1,06	7,84	92,16	
2002	58.417,34	153.361,63	1.031.428,37	87,06	54.889	144.104	1,06	12,66	87,34	
2003	59.080,00	212.441,63	972.348,37	82,07	79.048	223.152	0,95	19,61	80,39	
2004	59.796,38	272.238,01	912.551,99	77,02	61.458	284.610	0,96	25,01	74,99	
2005	57.432,37	329.670,38	855.119,62	72,17	64.391	349.001	0,94	30,66	69,34	
2006	62.296,28	391.966,66	792.823,34	66,92	77.570	426.571	0,92	37,48	62,52	
2007	63.544,72	455.511,38	729.278,62	61,55	54.268	480.839	0,95	42,25	57,75	
2008	64.043,59	519.554,97	665.235,03	56,15	57.116	537.955	0,97	47,27	52,73	
2009	62.979,40	582.534,37	602.255,63	50,83	58.281	596.236	0,98	52,39	47,61	
2010	64.552,21	647.086,58	537.703,42	45,38	69.224	665.460	0,97	58,47	41,53	
2011	64.199,26	711.285,84	473.504,16	39,97	46.154	711.614	1,00	62,52	37,48	
2012	56.247,14	767.532,98	417.257,02	35,22	54.751	766.365	1,00	67,33	32,67	
2013	52.917,82	820.450,80	364.339,20	30,75	37.969	804.334	1,02	70,67	29,33	
2014	58.503,65	878.954,45	305.835,55	25,81	54.855	859.189	1,02	75,49	24,51	
2015	54.963,58	933.918,03	250.871,97	21,17	40.795	899.984	1,04	79,07	20,93	
2017	45.551,86	979.469,89	205.320,11	17,33	39.243	939.227	1,04	82,52	17,48	
2018	44.329,08	1.023.798,96	160.991,04	13,59	44.274	983.501	1,04	86,41	13,59	

3.3.2. Ocupação/Vida útil do Aterro Sanitário 2

Foi iniciada a exploração do Aterro Sanitário 2 em agosto de 2018, tendo sido depositados desde essa data e até ao final de 2018, 24.311,68 t de resíduos.

De acordo com a licença Ambiental nº 624/0.1/2017 de 16 de Agosto, a capacidade licenciada do aterro 2 é de 345.000,00 t.

Tabela 4 - Total de Resíduos depositados, volume ocupado e disponível no Aterro Sanitário 2 até ao final do de 2018.

Ano	RU depositados (t)	RU depositadas acumuladas (t)	Quantidade disponível (t)	Quantidade disponível (%)	Volume Ocupado (m3)	Volume		Densidade (t/m3)	Volume Ocupado (%)	Volume Disponível (%)
						Ocupado (m3)	acumulado (m3)			
2018	24.311,68	24.311,68	320.688,32	92,95	30.102	30.102	0,81	8,48	91,52	
2019										
2020										
2021										
2022										
2023										
2024										
2025										
2026										
2027										



3.4. Saídas para reciclagem e valorização dos resíduos processados no Sistema de Gestão de Resíduos (SGR) da AMBILITAL

Tabela 5 - Tabela comparativa de resíduos encaminhados para valorização no SGR da AMAGRA gerido pela AMBILITAL em 2018 e no período homólogo de 2017, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

Saídas	2018			2017			Diferencial		
	Lotes	Quantidade Provisoria	Quantidade definitiva	Lotes	Quantidade Provisoria	Quantidade definitiva	Lotes	(t)	(%)
1. Recicláveis da Recolha Selectiva									
Embalagens de Vidro	69	1810,64	1810,64	70	1811,76	1811,76	-1	-1,12	-0,06
Papel/ Cartão 77 % embalagem		1514,16	1514,16		1446,24	1444,80		69,36	4,80
Papel/ Cartão 23 % não embalagem	92	452,28	452,28	90	432,00	431,57	2	20,71	4,80
ECAL	1	24,48	24,48	2	50,20	50,20	-1	-25,72	-51,24
PET	11	119,78	119,78	11	122,00	122,00	0	-2,22	-1,82
PET Cor + Óleos	4	37,46	37,46	4	39,42	39,42	0	-1,96	-4,97
EPS	1	3,36	3,36	1	1,90	1,90	0	1,46	76,84
PEAD	3	38,92	38,92	6	75,44	75,44	-3	-36,52	-48,41
Filme	6	165,36	164,38	6	139,18	139,18	0	25,20	18,11
Mistos 100 %	10	187,82	187,82	7	139,28	135,99	3	51,83	38,11
Mistos 80 % Embalagem		0,00	0,00		44,62	42,20		-42,20	-100,00
Mistos 20% Não Embalagem	0	0,00	0,00	4	11,16	10,55	-4	-10,55	-100,00
TOTAL PAPEL/CARTÃO EMBALAGEM + ECAL	93	1.538,64	1.538,64	92	1.496,44	1.495,00	1	43,64	2,92
TOTAL EMBALAGENS PLASTICAS (não inclui ECAL)	36	552,70	551,72	39	561,84	556,13	-3	-4,41	-0,79
Aço	2	45,00	45,00	4	83,84	83,84	-2	-38,84	-46,33
Alumínio	1	5,32	5,32	1	5,28	5,28	0	0,04	0,76
TOTAL EMBALAGENS METALICAS	3	50,32	50,32	5	89,12	89,12	-2	-38,80	-43,54
Madeira	22	133,44	133,44	18	140,62	140,62	4	-7,18	-5,11
TOTAL 1.1 - EMBALAGEM	223	4.085,74	4.084,76	224	3.870,04	3.862,89	-1	-7,87	-0,96
TOTAL 1.2. NÃO EMBALAGEM	92	452,28	452,28	94	443,16	442,12	-2	10,16	2,30
TOTAL 1	223	4.538,02	4.537,04	224	4.542,94	4.534,75	-1	2,29	0,05
2. Recicláveis do Tratamento Mecânico									
PET	1	12,28	12,28	7	78,24	78,24	-6	-65,96	-84,30
PEAD	0	0,00	0,00	2	25,86	25,86	-2	-25,86	-100,00
AÇO	3	64,92	64,92	8	186,60	186,60	-5	-121,68	-65,21
ALUMINIO	1	0,00	0,00	1	12,24	12,24	0	-12,24	-100,00
ECAL	0	24,00	24,00	2	48,10	48,10	-2	-24,10	-50,10
TOTAL 2	5	101,20	101,20	20	351,04	351,04	-15	-249,84	-71,17
3. Outros Valorizáveis									
REEE	-	225,93	227,93	-	156,52	155,03	-	72,90	47,02
Pilhas	-	5,10	5,10	-	2,98	2,98	-	2,12	71,14
OAU	-	22,69	14,48	-	19,56	20,28	-	-5,80	-28,60
Metais	-	153,16	153,16	-	148,82	148,44	-	4,72	3,18
Outras embalagens	-	37,10	37,10	-	0,00	0,00	-	37,10	-
TOTAL 3	-	443,98	437,77	-	327,88	326,73	-	111,04	33,98

Saídas	2018			2017			Diferencial		
	Lotes	Quantidade Provisoria	Quantidade definitiva	Lotes	Quantidade Provisoria	Quantidade definitiva	Lotes	(t)	(%)
TOTAL (1 + 2 +3)	228	5.083,20	5.076,01	244	5.221,86	5.212,52	-16	-136,51	-2,62
4. Valorização da Unidade de Compostagem									
Composto	-	0,00	0,00	-	921,94	921,94	-	-921,94	-100,00
Resíduos Biodegradáveis	-	321,72	321,72	-	553,42	553,42	-	-231,70	-41,87
TOTAL 4		321,72	321,72	-	1.475,36	1.475,36		-1.153,64	-
5. Valorização de CDR									
CDR	-	352,22	352,22	-	298,12	298,12		54,10	18,15
TOTAL 5	-	352,22	352,22	-	298,12	298,12		54,10	18,15
TOTAL (1+2+3+4+5)	228	5.757,14	5.749,95	244	6.995,34	6.986,00	-16	-1.236,05	-17,69
6. Resíduos não Urbanos									
Óleos de motor, transmissão e lubrificação	-	0,66	0,66	-	0,00	0,00	-	0,66	-
Pneus	-	522,42	521,60	-	509,50	507,32	-	14,28	2,81
Acumuladores de Chumbo	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-
RCD	-	76,74	76,74	-	2,96	2,96	-	73,78	2.492,57
TOTAL 6	-	599,82	599,00	-	512,46	510,28	0,00	88,72	17,39

Relativamente aos resíduos urbanos encaminhados para reciclagem e valorização comparativamente ao período homólogo de 2017 verifica-se em termos globais uma diminuição de 136,51t.

Transitaram, em armazém de fardos, de 2018 para 2019, 1218,75t de resíduos de embalagem.

A AMBILITAL continuará a exercer uma política de grande preocupação e respeito pelas normas ambientais, cumprindo rigorosamente todas as imposições legais, nomeadamente o controle e monitorização ambientais.

B
S
Z

4. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

O contrato de Gestão Delegada celebrado entre a AMAGRA e a AMBILITAL em 23 de Julho de 2015, define no seu anexo D os objectivos, indicadores e metas às quais a AMBILITAL se encontra vinculada. Nesse sentido passa-se de seguida a fazer a avaliação do cumprimento dos mesmos.

Objetivos Estratégicos

Na sequência da Estratégia Nacional para a gestão dos RU, preconizada no documento PERSU 2020, a AMBILITAL estabeleceu como objectivos estratégicos prioritários até 2020, os seguintes:

- Aumento das quantidades de recolha selectiva de embalagens,
- Desvio da deposição de RUB em aterro,
- Aumento da recuperação de recicláveis da TMB.

4.1.1 Iniciativas de Carácter Estratégico

No sentido da concretização dos objectivos estratégicos, estabeleceram-se como principais as seguintes iniciativas de carácter estratégico:

- Reforço das redes de recolha selectiva – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “Optimização/Ampliação da Rede de Recolha Selectiva e Triagem Multimaterial” (POSEUR-03-1911-FC-000002);
- Construção de 2ª linha de entrada de RU na TMB e ampliação da unidade de compostagem – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “Ampliação e Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem (UTMB) e de Combustível Derivado de Resíduos (CDR)” (POSEUR-03-1911-FC-000004);
- Sensibilização ambiental – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “AMBILITALZERO” (POSEUR-03-1911-FC-000112);
- Sistema de secagem de CDR – Está prevista a apresentação de candidatura no POSEUR, logo que a mesma seja elegível em aviso.

De forma a concretizar os objectivos estratégicos foi elaborado o PAPERSU da AMBILITAL para dar cumprimento à estratégia prevista no PERSU 2020, o qual obteve parecer positivo da APA em 31 de Julho de 2015 e cuja avaliação final terá lugar no ano de 2020.

Tal como em 2016, em 2018 está prevista a avaliação intercalar aos resultados alcançados por cada Sistema relativamente às metas referentes a “Retomas de Recolha selectiva” e “Deposição de RUB em Aterro”, no entanto o cumprimento das metas é analisado anualmente. No entanto e considerando que o

atraso na aprovação das candidaturas comprometeu a calendarização prevista para a execução dos investimentos candidatados para cumprimento das metas em dois anos, e tendo em conta ainda que as alterações a efectuar nas unidades de tratamento obrigarão a uma paragem das mesmas em 2019 e 2020, cremos que em sede de revisão do PERSU 2020, a meta de 2020 será protelada para 2022, dado que é reconhecido que os SGRU são alheios aos atrasos nos investimentos.

A avaliação final no ano 2020 incide sobre a meta "Preparação para a Reutilização e Reciclagem". O incumprimento das metas intercalares produzirá efeitos negativos ao nível da TGR, dando origem a pagamento/agravamento extraordinário da mesma, em proporção ao grau do seu incumprimento. Aguarda-se publicação de portaria ou despacho que prorrogue esta medida tendo em conta o referido anteriormente. A AMBILITAL alertou a Secretaria de Estado do Ambiente e a CCDR para a necessidade da referida publicação.

No que diz respeito à análise das metas e seu cumprimento em 2018:

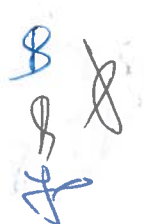
Tabela 62 – Metas a cumprir pela AMBILITAL de acordo com o Despacho 3350/2015 (PERSU 2020) e PAPERSU em 2018.

Meta/ano	2013	2016	2016	2017	2018	2019	2020
Preparação para a reutilização e reciclagem (%) PERSU	22%	28%	34%	45%	63%	74%	80%
PAPERSU	22%	30%	43%	48%	75%	75%	80%
Deposição de RUB em aterro (%) PERSU	76%	69%	63%	50%	30%	17%	10%
PAPERSU	76%	62%	41%	36%	0%	0%	0%
Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano) PERSU	36	37	39	40	42	46	48
PAPERSU	36	37	39	41	43	46	48

Tabela 73 – Resultados alcançados pela AMBILITAL, em 2018.

CUMPRIMENTO DE METAS DO PERSU 2020	Unid.	PERSU 2018	PAPERSU 2018	Resultados 2018
PREPARAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM	(%)	>63	75	47
DEPOSIÇÃO DE RUB EM ATERRO	(%)	<30	0	46
RETOMAS COM ORIGEM EM RECOLHA SELETIVA	Kg/hab/ano	>42	43	43

Verifica-se que, e tendo em conta o anteriormente exposto, tal como expectável as metas relativas à preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de RUB em aterro não foram cumpridas.



De acordo com o Despacho nº 4707/2018, de 14 de maio, as metas definidas para a AMBILITAL e os dados reais relativos a 2018 correspondem a:

Tabela 84 - Retomas de resíduos de embalagem com origem na recolha selectiva em 2018 em quantidades totais e capitação, conforme Despacho nº4707/2018.

Material	Retomas de resíduos de embalagem com origem Recolha Seletiva Meta 2018 (t)	Retomas de resíduos de embalagem com origem Recolha Seletiva (t)	Diferencial à meta (t)	Capitação Meta 2018 (kg/hab.ano)	Capitação real 2018 (kg/hab.ano)	Cumprimento face às metas (%)
Embalagens de vidro	1.798,00	1.810,64	12,64	16,19	16,30	100,70
Emb.Papel/cartão + ECAL	1.202,00	1.538,64	336,64	10,82	13,85	128,01
Embalagens plásticas*	530,00	550,74	20,74	4,77	4,96	103,91
Embalagens metálicas	113,00	50,32	-62,68	1,02	0,45	44,53
Embalagens de madeira	126,00	133,44	7,44	1,13	1,20	105,90
TOTAL	3.769,00	4.083,78	314,78	33,93	36,77	108,35

*Inclui os Plásticos Mistos.

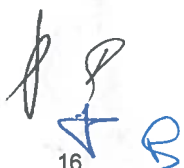
Tabela 95 - Retomas de resíduos de embalagem com origem na recolha selectiva em 2018 em quantidades totais e capitação, conforme Despacho nº4707/2018, no cumprimento do nº7 do artigo 1º**.

Material	Retomas de resíduos de embalagem com origem Recolha Seletiva Meta 2018 (t)	Retomas de resíduos de embalagem com origem Recolha Seletiva + Indiferenciada** (t)	Retomas de resíduos de embalagem com origem Recolha Indiferenciada (t)	Diferencial à meta (t)	Capitação Meta 2018 (kg/hab.ano)	Capitação real 2018 (kg/hab.ano)	Cumprimento face às metas (%)
Embalagens de vidro	1.798,00	1.810,64	n.a.	12,64	16,19	16,30	100,70
Emb.Papel/cartão + ECAL	1.202,00	1.538,64	n.a.	336,64	10,82	13,85	128,01
Embalagens plásticas*	530,00	550,74	n.a.	20,74	4,77	4,96	103,91
Embalagens metálicas	113,00	113,00	62,68	0,00	1,02	1,02	100,00
Embalagens de madeira	126,00	133,44	n.a.	7,44	1,13	1,20	105,90
TOTAL	3.769,00	4.146,46	n.a.	377,46	33,93	37,34	108,35

*Inclui os Plásticos Mistos.

**Artigo 1º, nº7 — Caso as capitações de retoma alcançadas pelos SGRU por via da recolha seletiva não sejam suficientes para o cumprimento das metas de reciclagem de resíduos de embalagens, o diferencial pode ser obtido através da reciclagem de resíduos de embalagens provenientes da recolha indiferenciada.

Assim, verifica-se que as metas definidas em sede do Despacho 4707/2018 foram cumpridas.



4.2. Objetivos de Desempenho

Foram definidos indicadores para avaliação da AMBILITAL, ao nível da cobertura, qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão.

Para tal, consideraram-se os indicadores da ERSAR, definidos no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores" (3ª geração do sistema de avaliação), adaptados à realidade socio-económica, territoriais e demográfica da região abrangida pela AMBILITAL, bem como as características técnicas e operacionais do Sistema.

Consideram-se cumpridos os objetivos/indicadores definidos, desde que cumpridos 75% das metas respectivas, o que se verificou na íntegra para o ano de 2018.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Desde a sua constituição a empresa vem incrementando a eficácia das suas atividades. A empresa tem vindo a executar uma série de investimentos apoiados por fundos comunitários e capitais próprios dotando-a de meios e capacidade para desenvolver de forma eficiente as atividades que lhe estão incumbidas. Durante o ano 2018, deu-se continuação aos procedimentos de contratação pública das componentes das candidaturas aprovadas pelo POSEUR, resultantes das candidaturas apresentadas e previstos no PAPERSU no sentido de dar cumprimento às exigentes metas do PERSU 2020. Tal como expectável o atraso que se verificou na aprovação das candidaturas colocou em causa o cumprimento das metas atrás referidas. Aguarda-se indicações relativamente a eventuais implicações financeiras do incumprimento gerado, tendo a AMBILITAL na altura própria alertado a Secretaria de Estado do Ambiente para a necessidade aprovação de um regime transitório relativo ao cumprimento das metas fixadas para os anos 2018-2020.

Durante o ano de 2018 a AMBILITAL acompanhou com preocupação e interesse e revisão do PERSU 2020, ainda não concluído, que se espera venha a fixar novas metas mais justas e transparentes para os SGRU, bem como o regime transitório acima referido.

No Quadro da página seguinte, apresentam-se alguns indicadores económicos/financeiros, que refletem a atividade da empresa.



INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	euros		
	2018	2017	Var. %
Actividade Consolidada			
Volume de Negócios	3.858.468,56	3.831.326,75	0,71%
Resultado antes impostos e subsídios	-412.644,19	-286.742,17	43,91%
Resultado Líquido	280.607,34	412.048,99	-31,90%
Cash-Flow (1)	905.746,27	1.019.541,64	-11,16%
Rentabilidade das Vendas e Prest.Serviços	7,27%	10,75%	-32,38%
Total do Ativo	15.296.670,71	16.648.779,45	-8,12%
Capitais Próprios	11.909.385,42	12.387.632,43	-3,86%
Passivo	3.387.285,29	4.261.147,02	-20,51%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (2)	2,36%	3,33%	-29,16%
Rentabilidade do Ativo	1,83%	2,47%	-25,88%
Passivo / Capitais Próprios	28,44%	34,40%	-17,32%
Ativo / Passivo	451,59%	390,71%	15,58%
PMR - Prazo Médio de Recebimento (dias)	64	65	-0,32%
PMP - Prazo Médio de Pagamento (dias)	25	36	-30,86%

(1) Resultado Líquido + Amortizações + Ajustamentos + Provisões - Subsídios ao Investimento

Elementos de informação económica/financeira

Com um total de gastos de 4.974.048,19 euros, entre os quais assumem relevância as depreciações/amortizações (28,16%), os gastos com o pessoal (19,86%) e os fornecimentos e serviços externos (32,83%), o custo com o combustível (8,62%), e um total de rendimentos de 5.336.800,98 euros, entre os quais assumem relevância as vendas de resíduos recicláveis à SPV (16,61%), a prestação de serviços de recolha, tratamento e deposição em aterro de RU e a prestação de serviços de recolha e valorização de resíduos recicláveis (51,13 %). Nos outros ganhos e rendimentos destacam-se os subsídios ao Investimento que atingiram em 2018 o valor de 775.396,98 euros. A empresa registou um resultado antes de impostos de 362.752,79 euros, e um resultado líquido de **280.607,34** euros.

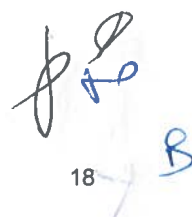


Gráfico 3 — Estrutura de Gastos

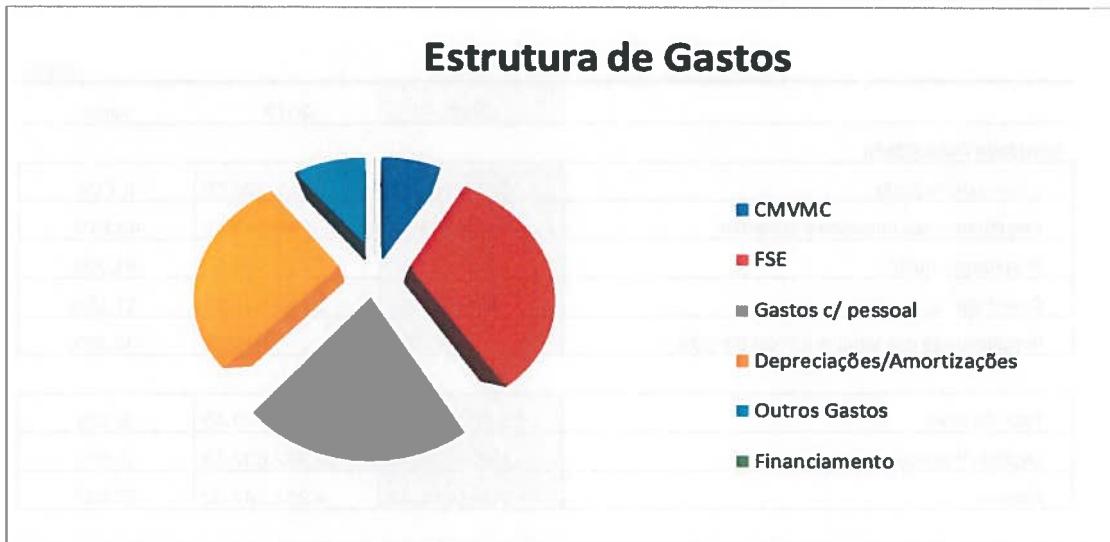
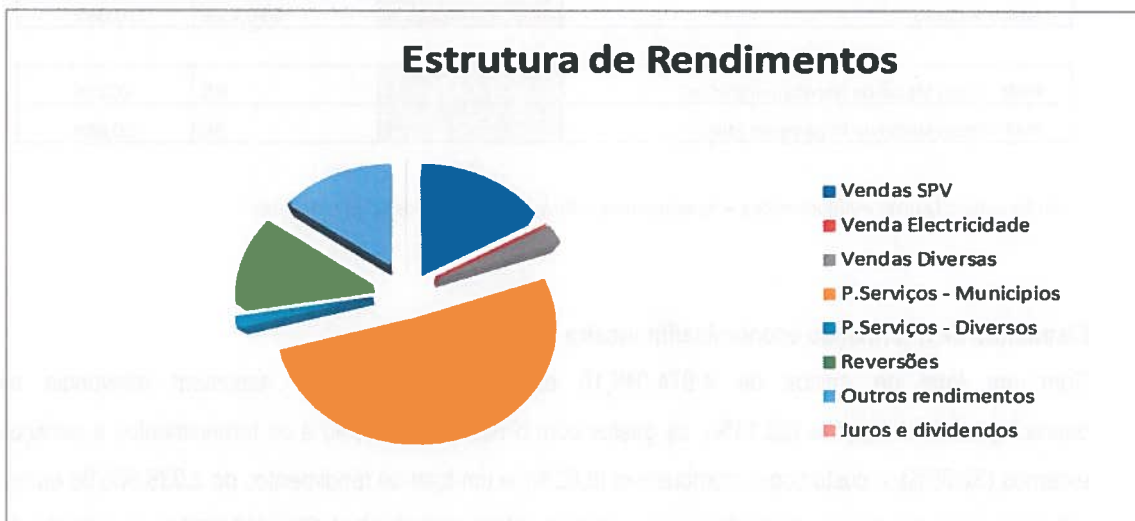


Gráfico 4 – Estrutura de Ganhos e Rendimentos



6. REVISÃO PERSU2020

Apesar da proposta de revisão do PERSU2020 disponível para consulta em sede de consulta pública ser vaga quanto ao caminho a seguir pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos para cumprimento da estratégia nacional importa ter em conta as seguintes preocupações em particular na área de abrangência da AMBILITAL.



1. Metas

Apesar de não serem definidas metas na proposta a consulta entende a AMBILITAL reforçar que, e considerando o referido no documento “357. *A região Alentejo é responsável por cerca de 5% dos resíduos urbanos produzidos em Portugal Continental*”, que esta região ocupa 33% (31.551,2 km²) do território do continente e a sua população representa 7,6% (760.098 habitantes), o que resulta numa densidade populacional de 24 hab/ km² enquanto que a densidade populacional de Portugal Continental é de 112 hab/km², e que no caso particular da AMBILITAL, tem uma área de abrangência de cerca de 6.400 km² e apenas 110.085 habitantes (17habitantes/km²), contemplando os dois maiores concelhos de Portugal e não tendo um aglomerado populacional em toda a sua extensão com densidade efetivamente urbana, **estes fatores têm obrigatoriamente que passar a ser considerados aquando da fixação de objectivações/metas tendo que têm impacto significativo na disponibilidade de resíduos, na operacionalidade logística e nos custos operacionais do Sistema.**

Como é ainda reconhecido no documento, “359. *O esforço associado a recolha multimaterial atual (resíduos de embalagens e papel cartão não embalagem) significa que, em 2025, se terá de recolher 71% do seu potencial.*” “362. *As quantidades provenientes da recolha seletiva multimaterial e dos biorresíduos não são suficientes para a concretização da meta estabelecida para 2025. Assim terão de ser alvo de recolha específica outros resíduos com vista ao seu encaminhamento para preparação para reutilização e reciclagem designadamente outros resíduos multimateriais; têxteis, resíduos perigosos, verdes e resíduos volumosos totalizando, em 2025, cerca de 16 000t.*”, reforçando o que foi dito no parágrafo anterior.

2. Investimentos

Face ao exposto e considerando a informação constante do documento em consulta pública, relativamente aos investimentos a promover até 2024 apoiados com fundos estruturais, a AMBILITAL entende necessária a elegibilidade das seguintes acções:

- Na Recolha Seletiva porta-a-porta multimaterial e de biorresíduos nas sedes de concelho:
Tendo em conta o anteriormente exposto entende-se que não faz sentido outra recolha que não seja a de proximidade, pelo que as acções devem apoiar os investimentos necessários à sua implementação, não devendo ser exclusivos para a recolha porta-a-porta. No caso particular da AMBILITAL entende-se que para além da questão da recolha de proximidade, a integração das recolhas aumentará as quantidades recolhidas e otimizará os custos operacionais, pelo que este tipo de acções devem apoiar os investimentos necessários à integração, nomeadamente aquisição de viaturas de recolha, contentorização adequada e software de gestão e à criação de linhas de entrada de biorresíduos nas TMB.

- Projetos de compostagem caseira e comunitária nos núcleos rurais;

Concorda-se com esta linha de acção, no entanto, para que seja possível obter resultados efectivos com a mesma é essencial que se proceda a uma desburocratização dos procedimentos legais e de licenciamento associados. Consideramos essencial a desclassificação dos resíduos verdes, devidamente separados e objecto de trituração, ou seja, que os resíduos verdes recebidos, devidamente separados, nos SGRU com LER 20 02 01 e que sofram trituração possam ser encaminhados como biomassa, simplificando o processo de encaminhamento e a garantia efetiva de desvio de aterro.

Este tipo de ações devem apoiar os investimentos necessários à concretização de projectos de compostagem caseira e comunitária.

- Unidade para secagem de CDR ou articulação de soluções com unidades industriais que promovam a utilização dos CDR atualmente produzidos (cimenteiras, centrais de produção de energia elétrica).

A AMBILITAL entende essencial a secagem do CDR e o financiamento de soluções de secagem ao nível dos SGRU permitindo autonomia de gestão de recursos e resultados, e o efectivo encaminhamento de CDR para valorização em tempo útil.

Entende-se que em complemento devem ser estudadas soluções independentes de secagem em "*Projeto piloto para avaliar a possibilidade de adaptação da Central Termoelétrica da EDP (em Sines) para tratamento (por gaseificação ou processo análogo) dos refugos das regiões do Alentejo e Algarve*" e em outras soluções alternativas. Devendo após estudo técnico e financeiro ser garantido o apoio a solução ou soluções complementares, que maior viabilidade apresentem. Entende-se ainda que o Estado deve criar mecanismos que garantam a utilização de CDR por outras indústrias no sentido da criação de um mercado concorrencial.

3. TGR

Entende a AMBILITAL que se verifica a subversão do princípio que se pretendia alcançar com a implementação da TGR, nomeadamente em vez de um incentivo é uma penalização. Verifica-se a esta data que a TGR nada mais é do que um imposto, pelo que é essencial que se definam e cumpram novas disposições que garantam o retomar do previsto na sua génese.

Entendemos que o valor da TGR deve se indexado ao grau de cumprimento das metas definidas para cada SGRU, acautelando os princípios explanados no ponto 1.

Também preocupa fortemente à AMBILITAL o aumento da TGR para valores superiores aos actualmente fixados, considerando que o mesmo coloca em causa a sustentabilidade do sector. Certamente que um aumento de valores agravará o incumprimento de pagamento das tarifas, podendo levar a situações irreversíveis de défice tarifário, caso os Municípios decidam continuar a pagar a TGR nos termos e pressupostos atuais.



entende-se ainda que os valores de TGR a fixar em Portugal não podem pretender comparar-se directamente com os praticados noutros países da EU, devendo sempre essa comparação ser efectuada à luz do poder económico de cada um.

Finalmente importa referir que a AMBILITAL, e tendo em conta que a sua atual delegação no que diz respeito às recolhas em baixa, só diz respeito à recolha seletiva multimaterial, vê com preocupação a falta de definição da entidade titular no que se refere ao modelo futuro de recolha em baixa, tendo em conta a nova realidade e a obrigação da Recolha Seletiva de Biorresíduos. Esta falta de definição pode levar a que, pela primeira vez no sistema intermunicipal, não seja possível aos Municípios usufruírem dos fundos do atual Quadro Comunitário para remodelação do modelo e tipos de recolha no que diz respeito a aquisição de equipamentos de recolha e deposição, agravando-se o acima exposto com o incumprimento das metas que venham a ser definidas.

7. RECURSOS HUMANOS

Os dados relativos ao pessoal são os que abaixo se apresentam:

Tabela 8 - Evolução do custo médio por empregado.

PESSOAL			
Pessoal	2018	2017	Var. %
Gastos com Pessoal (euros) (1)	919.981,50	893.710,53	2,94%
Numero de empregados (2)	49	50	-2,00%
Gasto médio por empregado (euros)	18.775,13	17.874,21	5,04%

(1) gastos registados na contabilidade nas contas 63 com exceção da conta 636 a 638 porque poderiam desvirtuar a comparabilidade dos diversos anos, nomeadamente os custos com o recurso a trabalho temporário, fardamento, etc.

(2) média do nº de trabalhadores ao serviço da empresa na última semana de cada mês de atividade

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f) do nº 5 do artigo 66 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que, o resultado líquido apurado no exercício de 2018, no valor 280.607,34 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Reserva Legal (10%)	€ 28.060,73
- Reservas Livres	€ 1.746,15
- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 250.800,46

9. INFORMAÇÃO RELEVANTE

No âmbito de um contrato de construção celebrado entre a ACORIL e a AMBILITAL, a primeira prestou vários serviços de construção à segunda, cuja faturação cedeu à Caixa Leasing e Factoring (CLF). Por força da referida cedência, a AMBILITAL pagava à CLF as faturas emitidas pela ACORIL. Com a insolvência da ACORIL, a AMBILITAL, por exigência do administrador da Insolvência, pagou as faturas em dívida, e que ainda não tinham sido pagas à CLF, à Massa insolvente. Em 15/01/13, a CLF veio reivindicar o pagamento das respetivas faturas cedidas e não pagas pela Empresa, no montante de 1.504.540€, mais juros, processo em que a Empresa foi absolvida (1ª instância) pelo fato do tribunal se ter declarado incompetente para julgar a ação.

A CLF recorreu para o TAF Lisboa (proc. 1604/14.0BELSB) com uma ação de igual valor com juros incluídos (2.566.733,90€). Segundo informação prestada pelo jurista, reportada à situação em 31/12/18, o Tribunal acha-se, também, incompetente para decidir a ação. As partes pronunciaram-se, sendo o último requerimento datado de 7/3/16. A CLF recorreu para o Tribunal de Conflitos (TCAS) e por Despacho do Juiz Desembargador, proferido a 29/11/2018, este Tribunal de recurso manteve que a competência para julgar é da 1ª instância (ver parágrafo anterior).

A AMBILITAL, como medida prudencial, intentou ação contra a Massa insolvente em 29/01/15 (proc. 784/06.2TYLSB-CS), no valor das faturas pagas (1.478.007,79€), no sentido de se salvaguardar em relação aos pagamentos já efetuados. Na audiência prévia, marcada para 29/01/18, foi tentada a conciliação entre as partes, a qual se mostrou impossível uma vez que as partes mantêm as posições assumidas em sede de articulados. Aguarda-se despacho judicial.

A Empresa não constitui provisão para processo porque a exigência de pagamento à massa insolvente é de obrigatoriedade legal, nos termos do CIRE. Além disso, na atual situação do processo que corre contra a Empresa, descrita acima, não estão reunidas as condições normativas necessárias à constituição da provisão.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Não são de registar mais factos relevantes ocorridos após o termo do exercício com influência nas demonstrações financeiras.



11. MENÇÕES FINAIS DE OBSERVÂNCIA LEGAL

A Empresa não realizou negócios com os seus Administradores.


Não existem débitos em mora à Segurança Social, nem temos acordos de pagamento celebrados. O mesmo se passa relativamente ao Estado e a outros entes públicos, e trabalhadores.

Empresa não transacionou, durante o período em relato, nem detém quotas próprias em 31 de dezembro de 2018.


A empresa não possui sucursais.

Ermidas-Sado, 21 de fevereiro de 2019.

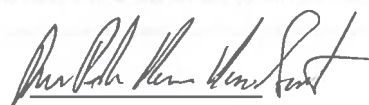
O Conselho de Administração,



José Alberto Guerreiro



Ana Luísa Soares



Rui Pedro Santos

ambital:zero



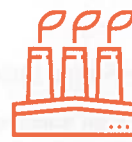
ambital
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



zero resíduos



zero desperdício



zero poluição



Relatório de Boas Práticas do Governo Societário
(Cf. Artº 54 do decreto-Lei 133/2013 de 3 de Outubro)

2018

88
76

PARTE I – MISSÃO E OBJETIVOS

1. MISSÃO

A missão da AMBILITAL é a gestão e exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, nomeadamente na deposição em aterro e na recolha selectiva, triagem, valorização dos resíduos recicláveis dos municípios da AMAGRA, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental do seu território.

Um dos principais objectivos da AMBILITAL é a prestação, às populações, de um serviço público eficaz e sustentável.

2. OBJETIVOS

Um dos principais objectivos estratégicos da AMBILITAL é o cumprimento do seu Plano de Acção definido para o Sistema Intermunicipal da AMAGRA, gerido pela AMBILITAL e elaborado para dar cumprimento às metas decorrentes da implementação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), nomeadamente no que diz respeito às metas de retomas da recolha selectiva, deposição de RUB de aterro e preparação para reutilização e reciclagem, sempre numa perspectiva de eficácia e de sustentabilidade.

Os principais objectivos de gestão para 2018 foram:

- Rentabilidade de 6,5%;
- Cumprimento das metas definidas no PERSU 2020

AMBILITAL Meta/ano	2018 Despacho 3350/2015 PERSU 2020
Preparação para a reutilização e reciclagem (%)	63
Deposição de RUB em aterro (%)	30
Retomas de recolha selectiva (kg/hab.ano)	42

No que diz respeito à Implementação do Plano Acção (PAPERSU) apresentado pela AMBILITAL às entidades competentes no âmbito do PERSU 2020, previu-se para 2018 o início ou continuação dos seguintes investimentos e actividades candidatados ou a candidatar no âmbito do POSEUR.

- Ampliação e optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos, investimento no valor total estimado de 8 450 000,00 euros, (financiada a 80% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020), dos quais cerca de 5 000 000,00 euros em 2018.



- Optimização e ampliação da rede de recolha selectiva, investimento no valor total estimado de 4 100 000,00 euros, (financiada a 80% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020), dos quais cerca de 2 000 000,00 euros em 2018.

- Sensibilização e Comunicação, investimento no valor total estimado de 335 000,00 euros, (financiada a 80% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020), dos quais 300 000,00 euros em 2018.

- Incentivo à compostagem, investimento no valor total estimado de 176 000,00 euros, (financiada a 80% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020), dos quais 26 000,00 euros em 2018.

Tendo-se previsto ainda:

- Início da exploração da nova célula de deposição de RSU, cujo investimento rondou os 962.842,90€;

- Selagem do atual Aterro Sanitário, cujo investimento rondará os 1.200.000€.

3. REGULAMENTOS INTERNOS

Não existem regulamentos internos aprovados pela empresa.



[Handwritten signature and initials in blue ink]



PARTE II – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de Agosto, subsidiariamente o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei nº71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei 64A/2008 de 31/Dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-lei nº8/2012, de 18 de Janeiro.

1. ESTRUTURA DE CAPITAL E SÓCIOS

O capital social, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00 €), e corresponde à soma de duas quotas sendo uma, com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000,00 €), pertencente à AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a outra, com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00 €), pertencente à sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

A AMAGRA detem 51% do Capital Social e a SUMA S.A. detém 49% do Capital Social.

2. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, BEM COMO A PARTICIPAÇÃO EM QUAISQUER ACTIVIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA OU FUNDACIONAL

- As alterações ao capital social devem ser precedidas da autorização por parte do Conselho Directivo da sócia AMAGRA, de acordo com o nº2 do artº 3º e alínea b) do artº17 dos Estatutos da sociedade.
- A cessão a estranhos, total ou parcial, de quotas pertencentes a sócios privados depende do consentimento da empresa, de acordo com o nº1 do artº4º do mesmo documento.
- Se a empresa recusar o consentimento, a respectiva comunicação incluirá uma proposta de aquisição de quota formulada nos termos do art.º 231.º do Código das Sociedades Comerciais; se a cedente não aceitar a proposta no prazo de quinze dias, fica esta sem efeito, mantendo-se a recusa do consentimento, de acordo com o nº2 do artº4º do mesmo documento.
- A AMBILITAL não detem participações em qualquer outra entidade.
- A AMBILITAL nos termos da alínea b) do artigo 38 da lei 50/2012 na sua redacção actual, é associada da ESGRA (associação das empresas do sector dos resíduos), associação sem fins lucrativos.



3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS OU PASSIVOS DE OUTRAS ENTIDADES

A AMBILITAL não prestou quaisquer garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.

4. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Acordo de Gestão celebrado em 14/08/2007, celebrado entre a AMAGRA e a SERURB Lda, hoje SUMA S.A.

5. ÓRGÃOS SOCIAIS

5.1. Assembleia-geral

5.1.1. Composição da mesa da Assembleia-geral (AG)

Mesa da Assembleia-Geral			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	Nelson Brito em representação da AMAGRA	08-03-2018	08-03-2022
Secretário	Pablo Barreiro Blanco em representanação da SUMA	08-03-2018	08-03-2022

5.1.2. Exercício do direito de voto

5.1.2.1. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

As deliberações serão tomadas por maioria de votos superior a metade do capital social, salvo quanto às matérias "propostas de alteração dos Estatutos e aumentos de capital", em que a aprovação só pode ter lugar com uma maioria qualificada de três quartos daqueles votos, conforme nº3 do artº10 dos Estatutos da sociedade.

5.1.2.2. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais Assembleia-geral.

5.1.2.3. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia-geral.

Cargo não remunerado.

5.2. Administração

5.2.1. Composição

5.2.1.1. Identificação do modelo de governo adotado

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal na Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

5.2.1.2. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, do Conselho de Administração.


O Conselho de Administração, órgão executivo da empresa, é composto por três membros, um dos quais é o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e outro será sempre eleito sob proposta dos sócios privados, conforme n.ºs 1 e 2 do art.º10 dos Estatutos da sociedade.

5.2.1.3. Composição actual do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Conselho de Administração			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	José Alberto Guerreiro	08-03-2018	08-03-2022
Administrador Executivo	Ana Luísa Soares	08-03-2018	08-03-2022
Administrador Executivo	Rui Pedro Santos	08-03-2018	08-03-2022

5.2.1.4. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Identificação	Nota Curricular
José Alberto Guerreiro	<p>Data de Nascimento: 30/11/1963</p> <p>Formação académica Frequentou o ensino pré-primário, primário e preparatório em Odemira e o ensino secundário em Queluz. Licenciou-se em Informática de Gestão (1988), pelo ISLA, e Engenharia Civil (1994) pelo Instituto Superior Técnico.</p> <p>Experiência profissional Trabalhou em Lisboa, na Digital Equipment Corporation/Compact (como</p>





Identificação	Nota Curricular
	<p>especialista de software e Project Leader, de 1988 a maio de 1989 e de novembro de 1991 a fevereiro de 1993), tendo sido Premiado em 1992 no "Special Recognition Program" da empresa. Serviu na Marinha durante 18 meses, em 1989/1990, como oficial da Reserva Naval – Sub-tenente da especialidade de informática. Trabalhou na Reditus, como consultor de informática e formador, em 1994/1995, tendo sido também responsável pelo setor de informática e formador do IPAM – Instituto Português de Administração e Marketing. Em Odemira, foi formador e Diretor Pedagógico da EPO - Escola Profissional de Odemira, entre 1995 e 1997, e professor responsável do grupo de Informática da Escola Secundária de Odemira, em 1997/1998. Vereador da Câmara Municipal de Odemira, entre Jan de 1998 e Out de 2009.</p> <p>Presidente da Câmara Municipal de Odemira.</p> <p>Funções atuais Presidente da Câmara Municipal de Odemira Presidente do Conselho de Administração da AMBILITAL, desde 14/02/2014 Presidente do Conselho Diretivo da AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente Vogal do Conselho Intermunicipal da CIMAL Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis do Litoral Sudoeste, SA Membro do Conselho da Parceria Pública da ADPIAMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo Presidente da Assembleia Geral do MLA - Matadouro do Litoral Alentejano, SA Presidente da Assembleia Geral do SCO – Sport Clube Odemirense.</p>
Ana Luísa Soares	<p>Data de Nascimento: 11/03/1975</p> <p>Formação académica Licenciada em Eng^a Civil pela Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, Instituto Politécnico de Setúbal em 2011 Mestre em Gestão e Políticas Ambientais pela Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências em 2005 Pós-Graduada em Gestão Ambiental pela Universidade de Évora em 2003 Licenciada em Biologia Marinha e Pescas pela Universidade do Algarve em 2000</p> <p>Experiência profissional Chefia técnica do Gabinete de Educação e Promoção Ambiental de Maio de 1999 a Março de 2004 Chefia técnica dos sectores de Limpeza Pública, Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e manutenção de espaços verdes de Abril de 2004 até 2013 Presidente do Conselho de Administração da EMSUAS de Outubro de 2013 a Maio de 2015</p> <p>Funções atuais Vereadora da Câmara Municipal de Alcácer do Sal desde Outubro de 2013, com a responsabilidade pela gestão política a tempo inteiro das áreas do Ambiente, Saneamento, Águas e Resíduos, Serviços Gerais e urbanos, Rede viária, Telecomunicações, Eletrificação, e Iluminação pública,</p>



Identificação	Nota Curricular
	espaços verdes e obras municipais. Administradora da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM desde Março 2018.
Rui Pedro Santos	Data de Nascimento: 24/04/1975 Formação Académica: Licenciado em Engenharia do Ambiente – Ramo Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa; Executive Master em Gestão Empresarial, pelo INDEG – ISCTE Executive Education; Pós-Graduação em Técnico Superior de Segurança no Trabalho (Nível V); Percurso Profissional: Desde Março de 2006 até à data, desempenha funções de Gestão de Projectos e de Empresas Participadas na Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; Desde Setembro de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM, em representação da accionista SUMA, S.A.; De Agosto de 2014 até Janeiro de 2015, ocupou o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ECOLEZIRIA – Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, EIM, em representação da accionista SUMA, S.A.; Desde Agosto de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da RESILEI – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A., em representação da accionista SUMA, S.A.; Desde Agosto de 2015 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da TRIAZA - Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A, em representação da accionista SUMA, S.A.; Desde Setembro de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da AMBIBATALHA – Gestão de Resíduos, S.A. em representação da accionista SUMA, S.A.; Desde Agosto de 2014 até 2017, ocupou o cargo de Vogal do Conselho de Administração da TRATOFOZ – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A., em representação da accionista SUMA, S.A.; Desde Agosto de 2014 até Março de 2017, ocupou o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ECODETRA – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A., em representação da accionista MOTA-ENGIL AMBIENTE e SERVIÇOS, S.A.; Desde Janeiro de 2018 representa a accionista SUMA, S.A. na Direcção da AEPISA- Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente; Desde Fevereiro de 2000 a Março 2006, desempenhou funções de Técnico Superior no Departamento de Gestão de Resíduos / Divisão de Resíduos Especiais no Instituto dos Resíduos (actualmente integrado na Agência Portuguesa do Ambiente).

5.3.1. Funcionamento

5.3.1.1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

Estatutos disponíveis nos serviços administrativos e Financeiros da AMBILITAL, EIM e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).



5.3.1.2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas.

Foram realizadas 40 reuniões do Conselho de Administração em 2018.

5.4.1. Estrutura e divulgação das remunerações

5.4.1.1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração

Os membros do Conselho de Administração exercem os seus cargos de forma não remunerada, salvo decisão em contrário da AG, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 10º dos Estatutos, tendo por limite o disposto nos nºs 3 ou 4 do art.º 25º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

É responsabilidade da Assembleia-geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, nos termos legais e de acordo com limite estabelecido no nº3 do artº 30 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

5.4.1.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração e outros benefícios a 31 de Dezembro de 2018

	AMAGRA		SUMA
	Presidente CA	Administrador	Administrador
Remunerações 2014	José Alberto Guerreiro	Ana Luísa Soares	Rui Pedro Santos
1.Remuneração			
1.1.Remuneração base/Fixa	-	-	-
1.2.Despesas de Representação	-	-	-
Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2)	-	-	-
2.Outras regalias e compensações			
2.1.Subsídio de refeição	-	-	-
2.2.Gastos na Utilização de Telefones	-	-	-
3.Encargos com benefícios sociais			
3.1.Regime de Proteção Social (Seg.Social/ADSE/CGA)	-	-	-
3.2.Seguros de Saúde	-	-	-
3.3.Seguro de Acidentes de Trabalho	-	-	-

A Administração exerce as suas funções de forma não remunerada.

5.5. FISCALIZAÇÃO

5.5.1. Composição

5.5.1.1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único que é obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Foi designado pela Assembleia-geral da



AMBILITAL a sociedade de revisores Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº 20161383, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Div. 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº 1009, inscrito na CMVM sob o n.º 20160624, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79 e na CMVM sob o n.º 20161411, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, registada na CMVM sob o n.º 20160319, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.

5.5.1.2. Qualificações profissionais do representante do Fiscal Único

Identificação	Nota Curricular
Jorge Marques Pereira Ribeiro	<p>Data de Nascimento: 08/10/1956</p> <p>Pós Graduação em auditoria pelo ISAG / PriceWaterhouseCoopers</p> <p>Licenciatura em Gestão Financeira</p> <p>Em 2003 passou a integrar a sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda.</p> <p>Em 1997 obteve a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, passando a desenvolver a sua actividade, a partir de 1998 e sob contrato, na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carlos Teixeira & Noé Gomes, SROC.</p> <p>Desde 1994 até 1998 prestou colaboração independente no Departamento de Auditoria da firma, com ligações internacionais, JPA Portugal - Auditores, tendo iniciado a sua colaboração como auditor e evoluído progressivamente para as funções de responsável de processos.</p> <p>A sua actividade profissional de Revisão/ Auditoria de contas vem sendo desenvolvido em empresas e entidades integrantes dos diversos sectores da economia (com excepção da área financeira, que está a cargo de outro sócio), designadamente da indústria, do comércio, incluindo a grande distribuição, local (E.M. e E.I.M.) e autárquico, empresarial do estado e das entidades não lucrativas (associações, fundações, misericórdias, etc.).</p> <p>Para das funções de interesse público cometidas aos ROC, referidas acima, presta também outros serviços compreendidos nas competências destes nas vertentes de consultoria e assistência nas diversas áreas da gestão empresarial, nomeadamente em contabilidade, fiscalidade, planeamento e controlo, análise financeira, estudos de viabilidade económica e financeira, projectos de investimento ou de reestruturação, fusões e aquisições e avaliações, com observação estrita dos princípios éticos e de independência que regem a profissão.</p> <p>Possuindo formação em área técnica industrial e frequência de Engenharia, até 1994 fez carreira na Indústria tendo desempenhado vários cargos técnicos e de Direcção, nomeadamente de produção e fabril, em diversas empresas do sector.</p>



5.6. Revisor Oficial de Contas

5.6.1. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

Fiscal Único – Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº 20161383, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinhã, nº228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº1009, inscrito na CMVM sob o n.º 20160624, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79 e na CMVM sob o n.º 20161411, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinhã, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, registada na CMVM sob o n.º 20160319, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.

A Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda. foi fundada em 1982, tem sede no Porto e escritórios em Lisboa.

- É sócia fundadora da *JPA International*, em 1987: uma rede de firmas independentes de Auditoria, Contabilidade, Fiscalidade e Consultoria;
- Encontra-se inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o n.º 28 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 4681;
- É associada da *JPA International*, associação de firmas que realizam auditorias a nível multinacional, membro do *Forum of Firms*.
- Conta com 5 ROC e 16 auditores;

5.6.2. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade.

17 anos (07/11/2001).

5.6.3. Estrutura e divulgação das remunerações

5.6.3.1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Bruta Mensal	Remuneração Bruta Anual
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda	Fiscal Único	995,00€	995,00€	11.940,00€



A referida remuneração inclui os honorários e todas as despesas incorridas na realização da prestação de serviços de ROC e no desempenho das funções de Fiscal Único.

6. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

Principais Objetivos de Gestão	Execução	Cumprimento	Justificação Desvio	Informações Adicionais
Rentabilidade de 6,25%	Sim	>100%	-	-
Cumprimento das metas definidas no PERSU 2020 PAPERSU - Deposição de RUB em aterro (%) – 30 PAPERSU - Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano) – 63 PAPERSU - Preparação para a reutilização e reciclagem (%) – 45	Sim	33%	Em 2018 não se encontravam concluídos os investimentos que permitam o tratamento da quantidade de resíduos necessária para o cumprimento das metas. Por atraso na aprovação das candidaturas ao POSEUR	-
Operação em velocidade cruzeiro da Unidade de Produção de Combustível Derivado de Resíduos, cujo investimento total rondou os 1.250.095,45€, tendo sido o mesmo candidatado ao QREN no âmbito do POVT e obtido Aceitação e Decisão favorável de financiamento em 85% e estando concluída a operação.	Sim	15%	Apesar de a unidade ter ficado capacitada em 2016 para trabalhar em velocidade cruzeiro, em 2018 continuou a laborar em regime descontinuo. Por falta de escoamento para o CDR produzido dado o seu grau de humidade.	No sentido de garantir a valorização do CDR, correspondendo aos requisitos de mercado, teor de humidade inferior a 20%, em 2018 a AMBILITAL estudou e definiu a solução de secagem de CDR a implementar em 2019.
Início da exploração da nova célula de deposição de RSU, cujo investimento rondou os 962.842,90€;	Sim	100%	-	A exploração da nova célula (Aterro 2) iniciou-se em Agosto de 2018



Selagem do atual Aterro Sanitário, cujo investimento rondará os 1.200.000€.	Sim	70%	Em 2018 procedeu-se à preparação e lançamento de procedimentos concursais para a execução da primeira fase de selagem. Foram concluídos os trabalhos relativos a drenagem de lixiviados e de pluvial, construção de poços de captação de biogás e instalação e soldadura da geomembrana.	Encontra-se em fase de adjudicação o Concurso Público para o fornecimento de geocomposto drenante. De forma a concluir a selagem total do aterro.
---	-----	-----	--	---

7. OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO

7.1. Planos de Atividade e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

A AMBILITAL elabora anualmente o seu Plano de Atividades e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis, considerando a sua missão e objectivos fixados (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.2. Orçamento Anual e Plurianual

A AMBILITAL elabora Orçamento Anual e Plurianual, de acordo com os princípios de sustentabilidade (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.3. Documentos Anuais de Prestação de Contas

A AMBILITAL elabora os seus Documentos Anuais de Prestação de Contas, reportando esta informação aos accionistas e à AMAGRA. Os documentos anuais de prestação de contas permitem uma avaliação da actividade desenvolvida a fim de aferir o modo como foi prosseguida a missão, o cumprimento dos objetivos, a política social e o desenvolvimento sustentável (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.4. Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental

A AMBILITAL elabora os seus Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental de forma a acompanhar a execução orçamental trimestralmente, dando conhecimento deste ao accionista público AMAGRA, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).



8. DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Além da informação prevista no Decreto-lei nº133/2013 de 3 de Outubro, a AMBILITAL cumpre todos os deveres especiais de prestação de informação que lhe são exigidos, nomeadamente informação financeira e relativa a recursos humanos à DGAL, bem como disponibiliza no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) os seguinte informação prevista no artº43, nº2 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, nomeadamente:

- a) Contrato de sociedade e estatutos;
- b) Estrutura do capital social;
- c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respectiva nota curricular;
- d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- f) Planos de atividades anuais e plurianuais;
- g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
- h) Orçamento anual;
- i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão ou de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;
- j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão.

Tendo em vista o seu acompanhamento e controlo a AMBILITAL faculta atempadamente e de forma completa ao órgão executivo da AMAGRA os seguintes elementos:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- d) Documentos de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental.

9. TRANSPARÊNCIA

A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas.

Cumprindo a sua missão e objectivos, a AMBILITAL como gestora do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, tem como obrigações principais:



-Explorar e gerir de forma integrada o sistema intermunicipal da AMAGRA que compreende a recepção, recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos, bem como a monitorização dos locais de deposição após o seu encerramento.

-Dar cumprimento ao plano estratégico de resíduos do sistema, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU 2020, bem como ao Despacho 4707/2018.

Assim, a gestão integrada territorialmente é a mais adequada à prestação do serviço que privilegia a sua verticalização de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços, devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no nº1 do art. 5º do DL nº194/2009, de 20/08, nomeadamente:

- a) A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- b) A garantia da qualidade do serviço e da protecção dos interesses dos utilizadores;
- c) O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- d) A protecção da saúde pública e do ambiente;
- e) A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afectos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- f) A promoção da solidariedade económica e social, do correcto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.
- g) Princípio da sustentabilidade económica e financeira dos sistemas;
- h) Princípio do poluidor-pagador;
- i) Princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos;
- j) Princípio da responsabilidade do cidadão, adoptando comportamentos de carácter preventivo em matéria de produção de resíduos, bem como práticas que facilitem a respectiva reutilização e valorização.

Os princípios atrás referidos encontram-se vertidos no Contrato de Gestão Delegada e no Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA gerido pela AMBILITAL.

10. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

No sentido de dar cumprimento à Recomendação aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção em 1 de Julho de 2009, sobre "Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas", a AMBILITAL tem implementado desde 2010 um Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e elabora anualmente um relatório sobre a sua execução. Este documento foi divulgado e



objecto de formação aos colaboradores da AMBILITAL de forma a dar cumprimento rigoroso à sua implementação. Estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt.

11. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA

A AMBILITAL segue e tem disponível para consulta, no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) e em papel nos serviços administrativos, o seu código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, o qual é divulgado aos clientes, fornecedores e ao público em geral.

Os seus princípios orientadores são:

- Respeito pelos Direitos Humanos, dos Trabalhadores e igualdade de oportunidades
- Contra todas as formas de exploração
- Erradicação de toda e qualquer prática discriminatória
- Responsabilidade na protecção e defesa do ambiente
- Luta contra todas as formas de corrupção
- Assumpção da sua responsabilidade social

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e protecção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A AMBILITAL adotou de forma voluntária as preocupações sociais e ambientais nas suas operações quotidianas e na interacção com todas as partes interessadas, contribuindo assim para a sociedade de forma positiva e gerindo os impactos sociais e ambientais da sua organização.

Neste âmbito a AMBILITAL tem em consideração, nas decisões que toma, a comunidade onde se insere e o ambiente onde opera, defendendo que o motor de desenvolvimento económico, tecnológico e humano, só se realizam plenamente quando consideram na sua actividade o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a protecção do ambiente, o combate à corrupção, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da sociedade em que se insere.

13. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DE IGUALDADE

A política de recursos humanos da AMBILITAL tem por objetivo promover a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da empresa, assegurando a sua valorização e desenvolvimento profissional, e reforçando as suas competências técnicas e de gestão.



Em 2018 foram promovidas e financiadas pela AMBILITAL as seguintes acções de formação:

Acção	Entidade Formadora	Carga	Nº
		Horária	Participantes
Aspectos Práticos Código do Trabalho	NCA, LDA	8	7
Manutenção e Operação UTM	AMBILITAL	120	1
Regulamento Protecção Dados	AIP	8	2
Manutenção e Operação EPM	AMBILITAL	40	1
Manutenção e Operação Unid. CDR	AMBILITAL	40	1
Manutenção e Operação C. Triagem e Linha do Vidro	AMBILITAL	8	1
Formação Máquinas Movimentação Terras	MACVIVA	40	6
Gestão do Parque de Máquinas	IEFP	25	3
Comercialização e Marketing Agroalimentar	IEFP	25	4
Formação Contínua Motoristas Pesados de Mercadorias	ESCOLA CONDUÇÃO HELDER PEREIRA	35	6
Preenchimento de E-GAR	AMBILITAL	2	1
Operação e manutenção do balístico SB-100 da unidade de TMB (Teórica)	BIANNA RECYCLING	4	6
Operação e manutenção do balístico SB-100 da unidade de TMB (Prática)	BIANNA RECYCLING	2	6
Operação e manutenção do balístico SB-100 da unidade de TMB (Prática)	BIANNA RECYCLING	35	6
Acção de Reciclagem de Triagem Multi Material	AMBILITAL	8	6
Formação Contínua Motoristas Pesados de Mercadorias	IFR-Instituto de Investigação e Formação Rodoviária, Lda	35	10

[Handwritten signature]



13.1. Gestão do Capital Humano/ Balanço Social 2018

Número de colaboradores		Antiguidade	
Nº de Colaboradores	48	< 1 Ano	4
Nº Médio de Colaboradores	49	1 - 2 Anos	3
Nº de Orgãos Sociais	0	3 - 5 Anos	5
Nº de Orgãos Sociais Executivos	0	6 - 8 Anos	10
		9 - 11 Anos	8
		12 - 15 Anos	9
		> 16 Anos	9
		Antiguidade Média	10

Sexo		Rotação do Efectivo	
Feminino	11	Nº de Admissões	7
Masculino	37	Nº de Saídas	8

Estrutura Etária		Tempo de Trabalho	
< 19 anos	0	Potencial de Horas Trabalháveis	98 624,00
19 - 25 Anos	0	Horas Trabalhadas	87 149,00
26 - 35 Anos	5	Horas de Trabalho Suplementar	3 678,50
36 - 45 Anos	24	Horas não trabalhadas	15 153,50
46 - 55 Anos	12	Horas de Ausência	4 887,50
56 - 65 Anos	7		
> 65 Anos	0		
Média de Idades	45		

Habilitações Literárias		Formação Profissional	
Ensino Básico (Inclui 1º, 2º e 3º Ciclo)	36	Nº de Acções	16
Ensino Secundário	8	Total de Nº de Horas de Formação	435
Ensino Superior	4	Nº de Colaboradores Envolvidos	31

Tipo de Contrato	
Sem Termo	40
A Termo Certo	8
A Termo Incerto	0
Outro	0

[Handwritten signature]
42 *[Handwritten initials]*



14. PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Sociedades, em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Abril na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração (CA) da AMBILITAL cumprem com as seguintes obrigações:

- a) Entrega junto da Inspeção-Geral de Finanças, da declaração do artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e nº1 do artigo 52º do Decreto-lei nº.133/2013 de 3 de Outubro;
- b) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar nº 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);
- c) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- d) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- e) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontra sujeita é o previsto no artº 54 do Decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro).

2. AVALIAÇÃO SOBRE GRAU DE CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS DO BOM GOVERNO

A governação da AMBILITAL respeita as Práticas de Bom Governo das empresas do Sector Público Empresarial, aprovados pelo Decreto-lei 133/2003, de 3 de Outubro.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento das Práticas de Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Público Empresarial.

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
-Cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	Total	-A AMBILITAL cumpre a sua missão e os objetivos fixados. -Anualmente, são elaborados os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Proceder à enunciação e divulgação a) A composição da sua estrutura acionista; b) A identificação das participações sociais que detêm; c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional; d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo; e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correcção aplicadas ou a aplicar; f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento; g) Orçamento anual e plurianual; h) Os documentos anuais de prestação de contas; i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização; j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios. 	Total	-A divulgação destas obrigações é efectuada no Relatório e Contas Anual e/ou sítio da internet da AMBILITAL (www.ambital.pt).
-Informar anualmente o titular da função acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual ao público em geral e aos accionistas. -Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.



Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo		
-Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar anualmente um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra a legislação e regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, tendo um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. -Anualmente elabora o Relatório deste Plano e remete-o para o Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como para o titular da função accionista (AMAGRA). -Os documentos acima referidos são publicados no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).
-Adoptar um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral -Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.	Total	-A atividade da AMBILITAL é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. -A AMBILITAL divulga e tem disponível para consulta o Código de Ética nos seus serviços administrativos e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt). -A AMBILITAL trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa, cumprindo na íntegra o Código da Contratação Pública e demais legislação aplicável.
-Prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.	Total	-A AMBILITAL, sempre que possível, promove estágios solicitados pelas entidades formadoras da região, nomeadamente Escola Técnico profissional ETLA, empresas de formação e IEFP (Programa de Formação para desempregados) enquadrado nos seus princípios de responsabilidade social e valorização profissional. A AMBILITAL cumpre a legislação relativa a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.

ck
B

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>-Implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.</p> <p>-Adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>-A AMBILITAL promove a mobilidade interna, permitindo aos seus colaboradores conciliarem a vida profissional com a pessoal.</p> <p>-A AMBILITAL não faz qualquer discriminação para contratação e ocupação de lugares.</p> <p>- A AMBILITAL adotou e remeteu para a DGAL e para a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género o "Plano de Igualdade de Género".</p>

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos órgãos de administração das empresas públicas devem:</p> <p>-Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</p>	Total	<p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<p>-Se aplicável, no início de cada mandato, os membros dos órgãos de administração, declaram aos órgãos de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.</p>	Total	<p>-Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na AMBILITAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL comunicaram junto do Tribunal Constitucional a Declaração de Património e Rendimentos (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro) e à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março).</p> <p>-Os membros do Conselho de</p>

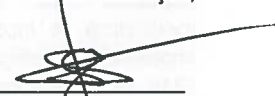
Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
		Administração da AMBILITAL não detêm participações e interesses patrimoniais direta ou indiretamente na empresa.
Divulgação de informação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>-Todas as informações que, nos termos do decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro, estão sujeitas a divulgação pública são divulgadas no sítio na Internet da Unidade Técnica, o qual deve concentrar toda a informação referente ao sector público empresarial, sem prejuízo da divulgação no sítio na Internet da própria empresa.</p> <p>-No sítio na Internet das empresas do sector público empresarial consta, ainda, designadamente, informação financeira histórica e atual de cada empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.</p> <p>-O sítio na Internet das empresas do sector público empresarial disponibiliza informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.</p> <p>-O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet das empresas do sector público empresarial é livre e gratuito.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambital.pt) as informações legalmente exigidas.</p> <p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambital.pt) informação financeira histórica e atual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.</p> <p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambital.pt) informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público.</p> <p>-O acesso à informação disponibilizada pela AMBILITAL no seu sítio da internet (www.ambital.pt) é livre e gratuito.</p>
<p>-As empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente capítulo.</p>	Total	-A AMBILITAL cumpre a apresentação anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES


Não aplicável.

Ermidas-Sado, 21 de fevereiro de 2019

O Conselho de administração,



José Alberto Guerreiro



Ana Luísa Soares



Rui Pedro Santos

ambiental:zero



ambiental
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



zero resíduos



zero desperdício



zero poluição



Demonstrações Financeiras

- Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018
- Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas a 31 de Dezembro de 2018
- Demonstração Individual das alterações de capital próprio no Período de 2018 e 2017
- Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período Findo em 31 de Dezembro de 2018
- Anexo (Período de 2018)



ambital
SOCIETARIEDADE AMBIENTAL DE ALENTEJO, L.P.

Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M

Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém
Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
N.º Matrícula: 505 255 391
NIPC 505 255 391
Capital Social: € 3 600 000

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Activo	Notas	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	9.076.057,48	8.904.599,13
Activos intangíveis	7	12.458,42	18.958,34
Outros investimentos financeiros	9	903.060,97	1.522.677,37
Total do activo não corrente		9.991.576,87	10.446.234,84
Activo corrente			
Inventários	12	17.223,54	16.572,51
Clientes	11/17	721.731,43	702.577,00
Estados e outros entes públicos	16/22	622.562,54	282.007,16
Outros créditos a receber	17	4.757,87	4.123,44
Diferimentos	17	17.767,39	22.660,48
Caixa e depósitos bancários	4	3.921.051,07	4.866.559,98
Total do activo corrente		5.305.093,84	5.894.500,57
Total do activo		15.296.670,71	16.340.735,41
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	3.600.000,00	3.600.000,00
Reservas legais	17	629.461,48	588.256,58
Outras reservas	17	4.211.367,46	4.089.559,61
Resultados transitados	17	1.415,66	1.415,66
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	17	3.186.533,48	3.388.307,55
Resultado líquido do período		280.607,34	412.048,99
Total do capital próprio		11.909.385,42	12.079.588,39
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	523.048,01	1.201.168,64
Financiamentos obtidos	17	75.521,24	217.982,16
Passivos por impostos diferidos	16	0,00	5.090,61
Passivo corrente			
Fornecedores	17	145.848,87	175.330,10
Estado e outros entes públicos	16/22	111.929,86	65.320,60
Financiamentos obtidos	17	143.060,86	142.506,35
Diferimentos	17	816.964,61	816.964,61
Outras dívidas a pagar	17	1.570.911,84	1.636.783,95
Total do passivo		3.387.285,29	4.261.147,02
Total do capital próprio e do passivo		15.296.670,71	16.340.735,41

Ermidas Sado, 21 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado (Membro da OCC n.º 44556)

O Conselho de Administração



ambital
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS DO ALENTEJO, EIM

Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM

Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém

Nº Matrícula: 1070

NIPC 505 255 391

Capital Social: € 3.600.000

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	13	3.858.468,56	3.831.326,75
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-428.908,19	-343.238,98
Fornecimentos e serviços externos	22	-1.633.144,96	-1.024.530,28
Gastos com o pessoal	21	-988.045,07	-959.762,59
Provisões (aumentos/reduções)	14	678.120,63	0,00
Outros rendimentos	15/22	800.211,79	848.317,60
Outros gastos	22	-520.296,76	-393.694,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		1.766.406,00	1.958.418,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1.400.535,91	-1.424.076,69
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		365.870,09	534.341,62
Juros e gastos similares suportados	22	-3.117,30	-4.499,75
Resultado antes de impostos		362.752,79	529.841,87
Imposto sobre o rendimento do período	16	-82.145,45	-117.792,88
Resultado líquido do período		280.607,34	412.048,99

Ermidas Sado, 21 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração



ambital
INSTITUCIONAL AMBIENTAL DO ALENTEJO, EIM

Monte Novo dos Moleiros - Ermidas São - Santiago do Cacém
Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
NIPC 505 255 391
Capital Social: € 3.600.000

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos / outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	3.600.000,00	551.961,31	4.001.020,47	672.182,33	4.021.160,15		12.846.324,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos em subsídios	17					183.731,44		183.731,44
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15/17					-816.584,04		-816.584,04
Subsídios ao investimento	17		36.295,27	88.539,14	-307.814,03			-307.814,03
Outras alterações	17				-124.834,41			0,00
Aplicação de resultados do ano anterior	2	0,00	36.295,27	88.539,14	-432.648,44	-632.652,60	0,00	-940.666,63
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						412.048,99	412.048,99
	4=2+3						412.048,99	-528.617,64
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	5	0,00	0,00	0,00	-238.118,23	0,00	0,00	-238.118,23
					-238.118,23			-238.118,23
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6=1+2+3+5	3.600.000,00	588.256,58	4.089.559,61	1.415,66	3.386.307,55	412.048,99	12.079.588,39

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos / outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	3.600.000,00	588.256,58	4.089.559,61	413.464,65	3.386.307,55		12.079.588,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos em subsídios	17					58.579,56		58.579,56
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15/17					-260.353,63		-260.353,63
Subsídios ao investimento	17		41.204,90	121.807,05	-163.012,75			0,00
Outras alterações	17				-163.012,75			0,00
Aplicação de resultados do ano anterior	7	0,00	41.204,90	121.807,05	-163.012,75	-201.774,07	0,00	-201.774,07
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						280.607,34	280.607,34
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						280.607,34	78.833,27
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	10	0,00	0,00	0,00	-249.036,24	0,00	0,00	-249.036,24
					-249.036,24			-249.036,24
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=6+7+8+10	3.600.000,00	629.461,48	4.211.367,66	1.415,66	3.186.533,48	280.607,34	11.909.585,42

Ermidas São, 21 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração



Ambital - Investimentos Ambientais no ALENTEJO, EIM

Monte Novo dos Modemos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém

NIPC 505 255 391

Capital Social: € 3.600.000

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		4.074.565,27	4.035.874,06
Pagamentos a Fornecedores		-2.479.568,81	-2.049.203,02
Pagamentos ao Pessoal		-909.719,15	-895.177,55
Caixa gerada pelas operações		685.277,31	1.091.493,49
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-151.278,79	-32.985,02
Outros recebimentos/pagamentos		316,56	6.820,00
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		534.315,08	1.065.328,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.174.226,61	-311.458,62
Investimentos financeiros		-2.929.464,61	-187.500,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		3.500.000,00	1.000.000,00
Subsídios ao investimento		515.043,35	0,00
Juros e rendimentos similares		3.420,66	7.346,02
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.085.227,21	508.387,40
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-141.906,41	-211.393,93
Juros e gastos similares		-3.654,13	-5.276,99
Dividendos		-249.036,24	-238.118,23
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-394.596,78	-454.789,15
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-945.508,91	1.118.926,72
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4.866.559,98	3.747.633,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.921.051,07	4.866.559,98

Ermidas Sado, 21 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração



ANEXO

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 - Designação da entidade

A sociedade “AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M.”, com sede em Monte Novo dos Modernos, Ermidas Sado, concelho de Santiago do Cacém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém com o número de matrícula e de pessoa coletiva 505 255 391, foi constituída em 5 de março de 2001, apresenta um capital social de 3.600.000 € e tem como objeto social a gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA.

1.2 – Sede

A AMBILITAL tem a sua sede em Monte Novo dos Modernos, 7565-255 Ermidas Sado.

1.3 – Natureza da atividade

Gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA

1.4 – Período de relato

O período de relato é compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de julho, na redação dada Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC),



Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis, quando existem, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Ativos fixos tangíveis - Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



Investimentos financeiros - Os investimentos financeiros evidenciados no Balanço estão registados ao custo de aquisição.

Imparidade de ativos - É efetuada, à data de balanço, uma avaliação das eventuais imparidades de ativos. Uma perda por imparidade é registada quando o montante pelo qual o ativo esteja contabilizado seja superior à sua quantia recuperável.

Locações - A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato - são considerados como contratos de locação financeira aqueles em que a sociedade detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, independentemente da sua forma.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto, na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

Nesta data a empresa não tem em vigor nenhum contrato de locação.

Inventários - As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

Instrumentos financeiros

- (i) Dívidas de terceiros - as dívidas de terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, e apresentados no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associados.



Perdas por imparidade - As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

- (ii) Dívidas a terceiros – As dívidas a terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.
- (iii) Financiamentos obtidos – são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que inclui os custos de transação atribuíveis à sua emissão, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado e expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos. Designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.
- (iv) Caixa e equivalentes de caixa - Inclui os valores em caixa, os depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

Capital social – As quotas são classificadas no capital próprio pelo valor do capital subscrito.

Subsídios e apoios do governo – Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

Provisões, ativos e passivos contingentes - A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá



conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões existentes estão mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação.

Regime do acréscimo - Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.

Rédito – É registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços, e pelo valor dos juros recebidos ou a receber, provenientes da aplicação de dinheiro, utilizando o método do juro efetivo. É reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos e retenções de imposto sobre capitais, conforme o tipo de rendimento.

Imposto sobre o rendimento - A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Os passivos por impostos diferidos foram calculados com base na taxa de imposto em vigor. No caso da AMBILITAL foi estimada uma taxa de 21% de IRC e 1,5% de derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Benefícios dos empregados - Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de Férias e de Natal, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

fs
ff
ff



As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Eventos subsequentes - Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMBILITAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

a) Provisões e Passivos Contingentes

A AMBILITAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



b) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

4. Fluxos de caixa

a) Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não há valores relativos ao caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso.

b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2018			31.12.2017		
		Quantias disp. para uso	Quantias indispon. para uso	Totais	Quantias disp. para uso	Quantias indispon. para uso	Totais
Caixa	Numerário	3.689,44		3.689,44	3.689,44		3.689,44
	Outros meios monetários	0,00		0,00	0,00		0,00
	Subtotais	3.689,44	0,00	3.689,44	3.689,44	0,00	3.689,44
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	3.917.361,63		3.917.361,63	2.733.405,93		2.733.405,93
	Outros depósitos bancários	0,00		0,00	2.129.464,61		2.129.464,61
	Subtotais	3.917.361,63	0,00	3.917.361,63	4.862.870,54	0,00	4.862.870,54
Totais		3.921.051,07	0,00	3.921.051,07	4.866.559,98	0,00	4.866.559,98

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Procedeu-se ao desreconhecimento do montante dos ativos por impostos diferidos por contrapartida de resultados transitados, por se ter concluído não ser aplicável, tendo os comparativos do Balanço e da Demonstração das Alterações do Capital Próprio sido reexpressos, em conformidade.

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2018, a AMBILITAL é participada pela AMAGRA que detém 51% do capital da empresa e pela SUMA que detém 49%.



6.1 Remuneração do Pessoal chave da gestão (membros dos órgãos de administração e de supervisão)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, à semelhança do que sucedeu em 2017, os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração.

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

6.2 Saldos e transações com entidades relacionadas

Os principais saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

6.2.1. Saldos:

(Valores em euros)

Entidade	Ano 2018		Ano 2017	
	Saldo Dev.	Saldo Cre.	Saldo Dev.	Saldo Cre.
AMAGRA		(1) 25.155,06		(1) 16.770,04
SUMA, S.A.		0,00		0,00
	0,00	25.155,06	0,00	16.770,04

(1) No ano 2017 o valor refere-se a dois meses de renda e no ano 2018 a 3 meses de renda

6.2.2 Transações

(Valores em euros)

Entidade	Rubricas	Exercício	
		2018	2017
AMAGRA	Aquisição de Serviços	(1) 81.805,08	(1) 81.805,08
SUMA	Aquisição de Serviços	0,00	0,00
	TOTAL	81.805,08	81.805,08

(1) 12 rendas (ano)

7. Ativos intangíveis

a) Vidas úteis, métodos de amortização e taxas usadas

Os elementos dos ativos intangíveis têm vidas úteis finitas e são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado (x anos).



a) Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis e respetivas amortizações

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e respetivas amortizações, nos exercícios de 2017 e 2018, foi o seguinte:

	2017					
	Saldo em 01/01/2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2017
Ativo intangível:						
Programas de computador	111,57	19.500,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
	111,57	19.500,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	111,57	541,66	0,00	0,00	0,00	653,23
	111,57	541,66	0,00	0,00	0,00	653,23
				Valor líquido		18.958,34
	2018					
	Saldo em 01/01/2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2018
Ativo intangível:						
Programas de computador	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	653,23	6.499,92	0,00	0,00	0,00	7.153,15
	653,23	6.499,92	0,00	0,00	0,00	7.153,15
				Valor líquido		12.458,42

8. Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos

B
A
C



geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	8 - 14
Equipamento de transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 12

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:



2017

	Saldo em 01/01/2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2017
Ativo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	8.936.798,63	0,00	0,00	0,00	0,00	8.936.798,63
Equipamento básico	12.080.169,26	361.582,05	0,00	0,00	0,00	12.441.751,31
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	129.673,93	15.981,00	0,00	0,00	0,00	145.654,93
Outros ativos fixos tangíveis	237.207,19	5.606,58	0,00	0,00	0,00	242.813,77
Investimentos em curso	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	21.661.030,20	383.169,63	0,00	0,00	0,00	22.044.199,83
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.150.135,00	397.249,64	0,00	0,00	0,00	3.547.384,64
Equipamento básico	8.200.536,53	1.016.358,89	0,00	0,00	0,00	9.216.895,42
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	125.112,65	2.666,06	0,00	0,00	0,00	127.778,71
Outros ativos fixos tangíveis	222.100,30	7.260,44	0,00	0,00	0,00	229.360,74
	11.716.065,67	1.423.535,03	0,00	0,00	0,00	13.139.600,70
				Valor líquido		8.904.599,13

2018

	Saldo em 01/01/2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2018
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	8.936.798,63	148.552,31	0,00	0,00	0,00	9.085.350,94
Equipamento básico	12.441.751,31	205.475,88	0,00	0,00	0,00	12.647.227,19
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	145.654,93	4.925,01	0,00	-1.958,00	0,00	148.621,94
Outros activos fixos tangíveis	242.813,77	0,00	0,00	1.958,00	0,00	244.771,77
Investimentos em curso	7.000,00	1.201.307,61	0,00	0,00	0,00	1.208.307,61
	22.044.199,83	1.560.260,81	0,00	0,00	0,00	23.604.460,64
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.547.384,64	399.270,50	0,00	0,00	0,00	3.946.655,14
Equipamento básico	9.216.895,42	974.865,36	0,00	0,00	0,00	10.191.760,78
Equipamento de transporte	18.181,19	0,01	0,00	0,00	0,00	18.181,20
Equipamento administrativo	127.778,71	6.879,03	0,00	0,00	0,00	134.657,74

B
AS
ST



Outros activos fixos tangíveis	229.360,74	7.787,56	0,00	0,00	0,00	237.148,30
	13.139.600,70	1.388.802,46	0,00	0,00	0,00	14.528.403,16
					Valor líquido	9.076.057,48

Os valores incluídos na rubrica de “Investimentos em Curso” referem-se às seguintes rubricas:

Ativo fixo tangível em curso

(Valores em euros)

RUBRICAS	Valor
Queimador e Rede de Biogás	198.000,00
CVE	97.290,80
COBERTURA ZONA ARMAZENAGEM	7.000,00
AMBILITAL ZERO (POSEUR-03)	20.361,70
AMPLIAÇÃO UTM (POSEUR)	355.623,95
Armazem secagem CDR	155.276,16
EQUIPAMENTO BÁSICO (POSEUR)	374.755,00
Total	1.208.307,61

No âmbito da transição para o SNC, reportada a 1 de janeiro de 2010, a Empresa reviu as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis tendo concluído que um conjunto de viaturas pesadas apresentava contabilisticamente valores de depreciações acumuladas superiores aos que seriam adequados em função do seu estado de uso. Nesta conformidade, as amortizações acumuladas foram ajustadas retrospectivamente para que o seu valor contabilístico traduzisse as correspondentes novas vidas úteis esperadas. Tal procedimento teve um efeito positivo no Ativo e no Capital Próprio (Resultados Transitados) de 607.140 euros. No final do período, o total do montante revalorizado encontrava-se totalmente depreciado

9. Investimentos financeiros

Os depósitos a prazo em instituições financeiras, com maturidade até 1 ano, a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresentam a seguinte liquidez:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Depósito a prazo 2016	2.332.500,00	0,00	0,00	2.332.500,00
Depósito a prazo 2017	2.332.500,00	0,00	-812.500,00	1.520.000,00
Depósito a prazo 2018	1.520.000,00	0,00	-620.535,39	899.464,61
FCT 2018	2.677,37	918,99	0,00	3.596,36
TOTAL de aplicações	1.522.677,37	918,99	-620.535,39	903.060,97



Embora, individualmente, as aplicações financeiras tenham uma maturidade inferior a 12 meses e, como tal, sem outros condicionalismos, o saldo total deveria ser apresentado no ativo corrente, tratando-se de um fundo constituído para fazer face aos encargos com o encerramento e monitorização do aterro durante 30 anos o saldo está apresentado no ativo não corrente por ser esse o melhor enquadramento em função da sua maturidade, asserção que é sustentada pela característica qualitativa da “substância sobre a forma”. A redução do valor é justificada pela utilização desses montantes nas operações de selagem e encerramento do aterro que ocorreram em 2018.

10. Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o princípio do acréscimo (ver nota 22)

11. Imparidade de ativos

a) Quantia de perdas e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período

Imparidades Acumuladas	31/dez/18	31/dez/17
Cientes		
Saldo a 1 de Janeiro	40.870,05	40.870,05
Perdas	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de Dezembro	40.870,05	40.870,05

12. Inventários

a) Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor entre o custo médio de aquisição ou de realização.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:



	31/dez/18	31/dez/17
Matérias primas subsidiárias e de consumo	17.223,54	16.572,51
	17.223,54	16.572,51
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	17.223,54	16.572,51

c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o custo das vendas evoluiu da seguinte forma:

	2018			2017		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	16.572,51	0,00	16.572,51	20.875,41	0,00	20.875,41
Regularizações (quebra)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	429.559,22	0,00	429.559,22	338.936,08	0,00	338.936,08
Saldo final em 31 de Dezembro	17.223,54	0,00	17.223,54	16.572,51	0,00	16.572,51
Custo de vendas	428.908,19	0,00	428.908,19	343.238,98	0,00	343.238,98

13. Rédito

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito de vendas e prestações de serviços é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. O rédito de juros provenientes da aplicação de dinheiro é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

As vendas, prestações de serviços e juros nos períodos de 2018 e de 2017 foram como se segue:

	2018			2017		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	1.038.926,87	0,00	1.038.926,87	1.189.351,11	0,00	1.189.351,11
Prestação de serviços	2.819.541,69	0,00	2.819.541,69	2.641.975,64	0,00	2.641.975,64
	3.858.468,56	0,00	3.858.468,56	3.831.326,75	0,00	3.831.326,75
Juros	3.432,12	0,00	3.432,12	9.103,95	0,00	9.103,95



14. Provisões e passivos contingentes

Conforme é referido na nota 3, a Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para outros riscos e encargos é como se segue:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29 - Provisões				
29501 - Selagem do aterro	713.806,09	0,00	-678.120,63	35.685,46
29502 - Monitorização pós encerramento do Aterro	487.362,55	0,00	0,00	487.362,55
Total	1.201.168,64	0,00	-678.120,63	523.048,01

Em 2018 foram executados trabalhos de selagem do aterro cujos gastos foram compensados pela redução da provisão constituída para o efeito.

A reversão da provisão para a selagem do aterro, no valor de 654.631,18 euros, reflete o registo dos seguintes gastos nas contas de 2018 relacionadas com a atividade de selagem do aterro:

RUBRICA	VALOR
Gasóleo (61)	35.368,38
Conservação e reparação (62)	603.371,35
Pessoal (63)	33.130,90
Amortizações (64)	6.250,00

678.120,63

Passivos Contingentes

No âmbito de um contrato de construção celebrado entre a ACORIL e a AMBILITAL, a primeira prestou vários serviços de construção à segunda, cuja faturação cedeu à Caixa Leasing e Factoring (CLF). Por força da referida cedência, a AMBILITAL pagava à CLF as faturas emitidas pela ACORIL. Com a insolvência da ACORIL, a AMBILITAL, por exigência do administrador da Insolvência, pagou as faturas em dívida, e que ainda não tinham sido pagas à CLF, à Massa insolvente. Em 15/01/13, a CLF veio reivindicar o pagamento das respetivas faturas cedidas e não pagas pela Empresa, no montante de 1.504.540€, mais juros, processo em que a Empresa foi absolvida (1ª instância) pelo fato do



tribunal se ter declarado incompetente para julgar a ação.

A CLF recorreu para o TAF Lisboa (proc. 1604/14.0BELSB) com uma ação de igual valor com juros incluídos (2.566.733,90€). Segundo informação prestada pelo jurista, reportada à situação em 31/12/18, o Tribunal acha-se, também, incompetente para decidir a ação. As partes pronunciaram-se, sendo o último requerimento datado de 7/3/16. A CLF recorreu para o Tribunal de Conflitos (TCAS) e por Despacho do Juiz Desembargador, proferido a 29/11/2018, este Tribunal de recurso manteve que a competência para julgar é da 1ª instância (ver parágrafo anterior).

A AMBILITAL, como medida prudencial, intentou ação contra a Massa insolvente em 29/01/15 (proc. 784/06.2TYLSB-CS), no valor das faturas pagas (1.478.007,79€), no sentido de se salvaguardar em relação aos pagamentos já efetuados. Na audiência prévia, marcada para 29/01/18, foi tentada a conciliação entre as partes, a qual se mostrou impossível uma vez que as partes mantêm as posições assumidas em sede de articulados. Aguarda-se despacho judicial.

A Empresa não constitui provisão para processo porque a exigência de pagamento à massa insolvente é de obrigatoriedade legal, nos termos do CIRE. Além disso, na atual situação do processo que corre contra a Empresa, descrita acima, não estão reunidas as condições normativas necessárias à constituição da provisão.

15. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

a) Política contabilística adotada para os subsídios e outros apoios de entidades públicas, incluindo os métodos de apresentação adotados nas Demonstrações Financeiras

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. No exercício não houve subsídios desta natureza.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

b) Natureza e extensão dos subsídios e outros apoios de entidades públicas reconhecidos nas Demonstrações Financeiras



Em 31.12.2018, o saldo da conta “Outras variações no capital próprio”, no total de 3.186.533,48 €, comporta o remanescente dos incentivos ao investimento ainda não transferidos para resultados e recebidos no âmbito dos programas de apoio (4.111.656,04 €), deduzido dos respetivos impostos diferidos (925.122,56 €).

As transferências para “Outros rendimentos e ganhos” das quotas-partes dos subsídios correspondentes às depreciações dos bens subsidiados no âmbito destes incentivos foram:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Imputação de Subsídios ao investimento	<u>775.396,98</u>	<u>816.584,04</u>
	<u>775.396,98</u>	<u>816.584,04</u>

A AMBILITAL realizou três projetos que foram alvo de candidaturas no âmbito do PORA (QCA III), um projeto apoiado pelo POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) e tem oito projetos aprovados pela CCDR - Alentejo no âmbito do PORA / INALENTEJO, os quais já se encontram em funcionamento:

- a) Projeto de investimento “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro”;
- b) Projeto de investimento “Construção/adaptação da ETAL”;
- c) Projeto de investimento “Sistema de Monitorização de Ecopontos” que consiste em Investimentos complementares de equipamentos e software no Sistema de Recicláveis e investimento num sistema, em formato de experiência piloto, de recolha e encaminhamento de RUB’s”;
- d) Projeto de investimento “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos”;
- e) Projeto “Produção de Combustível Derivado do Resíduo”;
- f) Ecocentro de Sines;
- g) Automatização da Linha de Triagem;
- h) Otimização da Recolha seletiva;
- i) Aproveitamento do Biogás;
- j) Sistema de Recolha de óleos usados;
- k) Otimização da rede de recolha seletiva de vidro e implementação de rede de recolha seletiva de rolhas de cortiça;
- l) Construção de zona de armazenamento Triagem Automática.

B



Todos estes projetos de investimento encontram-se totalmente realizados e integralmente pagos pelas entidades cofinanciadoras. Para todos os projetos foram assinados contratos-programa ou contratos de participação financeira.

Para o projeto “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro” foram aprovadas participações de 70% por parte da CCDR e 10% por parte do INR (os 10% do INR não englobam a parte do projeto que diz respeito aos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro). Os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações do projeto são apresentados na tabela seguinte:

ANO 2018

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-18	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2018	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
C.Triagem e Edif. Administrativo	1.610.648,90	1.205.867,75	628.347,15	52,11%	89.763,88	7,44%	761.938,09	22.025,60	491.854,20
Equipamentos C.Triagem e Edif.Administ.		674.509,63	472.156,74	70,00%	67.450,96	10,00%	674.509,63	0,00	539.607,70
Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's	2.252.000,00	1.823.491,71	1.094.483,72	60,02%	156.354,82	8,57%	1.208.063,26	62.541,93	828.680,53
Equipamentos das ETL's e ERAR's		369.897,09	164.982,57	44,60%	23.568,94	6,37%	369.897,09	0,00	188.551,51
Ecopontos	596.416,25	418.305,00	292.687,50	69,97%	41.812,50	10,00%	418.305,00	0,00	334.500,00
Viatura Multifunções		53.600,00	37.520,00	70,00%	5.360,00	10,00%	53.600,00	0,00	42.880,00
Viaturas	1.088.692,44	1.039.468,30	727.627,81	70,00%	103.946,83	10,00%	1.039.468,30	0,00	831.574,64
Campanha de sensibilização	204.059,29	221.949,95	142.841,50	64,36%	20.405,93	9,19%	221.949,95	0,00	163.247,43
Fiscalização	87.112,26	53.695,54	35.533,75	66,18%	5.076,25	9,45%	35.929,97	2.030,50	27.169,79
Estudo Económico/Financeiro	107.000,00	8.400,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.400,00	0,00	0,00
Estudo dos Circuitos de Recolha		24.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24.000,00	0,00	0,00
Equipamento de Transporte	94.500,00	94.500,00	66.150,00	70,00%	-	-	94.500,00	0,00	66.150,00
Camião articulado	170.600,00	170.600,00	119.420,00	70,00%	-	-	170.600,00	0,00	119.420,00
Contentores	21.750,00	21.750,00	15.225,00	70,00%	-	-	21.750,00	0,00	15.225,00
Queimador de Biogás	69.690,00	69.690,00	48.783,00	70,00%	-	-	69.690,00	0,00	48.783,00
Pá de Rastos	167.000,00	167.000,00	116.900,00	70,00%	-	-	167.000,00	0,00	116.900,00
Compressor	1.470,00	1.470,00	1.029,00	70,00%	-	-	1.470,00	0,00	1.029,00
Abrigo Sombreador	1.500,00	1.500,00	1.050,00	70,00%	-	-	1.500,00	0,00	1.050,00
Telas para Abrigo sombreador	1.086,25	1.086,25	760,38	70,00%	-	-	1.086,25	0,00	760,38
	6.473.525,39	6.420.781,22	3.965.498,13	-	513.740,11	-	5.343.657,54	86.598,03	3.817.383,20
		6.165.345,02	3.821.896,25				5.088.221,34	86.598,03	3.653.375,39

Notas:

- A rubrica do investimento "Fiscalização" foi, em termos de Imobilizado, incluída nas rubricas "C.Triagem e Edif. Administrativo" e "Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's", ou seja, foi contabilizada na conta 422 e amortizada de acordo com estas ultimas.
- No valor das quatro primeiras rubricas (2 empregadas) e na rubrica "fiscalização" foram incluídos os valores referentes à revisão de preços apenas encerrada em 2006.
- Do valor executado da rubrica Equipamentos das ETL's e ERAR's foram retirados 49.307,50 referente à venda de 5 trituradoras de resíduos.
- Em 2008 foi efectuada uma reprogramação da candidatura o que originou o aumento do investimento elegível e consequentemente do valor participado. Dessa forma foi efectuado o registo contabilístico dessa alteração tendo sido transferido para o resultado do exercício o valor correspondente às amortizações dos equipamentos efectuadas em 2008, acrescido da correcção referente aos exercícios anteriores, uma vez que esta alteração (reprogramação) também afectou esses exercícios.
- Em 2011 a rubrica das viaturas foi corrigida no valor do subsídio transferido para o resultado do período e daí o valor negativo apresentado

O valor total da participação aprovada, no valor de **4.479.238,24 euros**, encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto "Construção/adaptação da ETAL" foram aprovadas participações de 68,46% por parte da CCDR e 9,78% por parte do INR. O projeto entrou em funcionamento em Junho de 2008 e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

ANO 2018

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-18	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2018	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
Construção/Adaptação da ETAL	750.000,00	749.959,86	513.439,26	68,46%	73.348,47	9,78%	749.959,86	24.449,49	586.788,02
	750.000,00	749.959,86	513.439,26	-	73.348,47	-	749.959,86	24.449,49	586.788,02

O valor total da participação aprovada, no valor de **586.787,73 euros** encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto "Sistema de Monitorização de Ecopontos" foi aprovada uma participação de 50% por parte da CCDR. O projeto foi totalmente executado durante o primeiro semestre de 2008 entrando em funcionamento no segundo semestre e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os constantes da página seguinte:

Ano 2018

(Valores em euros)

Rubricas da candidatura	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-18	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2018	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%			
Software de gestão de frotas (1)	32.462,00	24.029,34	12.014,67	50,00%	24.029,34	0,00	12.014,67
Equipamento para georeferenciação de ecopontos e recolha de informação (1)	15.667,78	18.572,05	9.286,03	50,00%	18.572,05	0,00	9.286,03
Software de gestão de resíduos (1)	14.650,00	13.250,00	6.625,00	50,00%	13.250,00	0,00	6.625,08
Viatura de 19 ton para recolha de RUB's	165.000,00	154.000,00	77.000,00	50,00%	146.299,62	0,00	77.000,00
Contentores de 240 L e de 120 L	50.738,00	36.900,00	18.450,00	50,00%	36.900,00	0,00	18.450,00
Contentores de ecopontos	39.000,00	42.490,00	21.245,00	50,00%	42.490,00	0,00	21.245,00
Adaptação das superestruturas de recolha de recicláveis	300.000,00	298.500,00	149.250,00	50,00%	283.575,00	0,00	149.250,00
Campanha de sensibilização	31.800,00	25.382,00	12.691,00	50,00%	25.382,00	0,00	12.691,00
	649.317,78	613.123,39	306.561,70	-	590.498,01	0,00	306.561,78

A participação aprovada no valor de **306.561,70** euros encontra-se totalmente liquidada.

O projeto "Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos" aprovado no âmbito do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) no 2º semestre de 2008, contempla um valor de investimento elegível de **5.131.205,64 €** e um montante total da participação de **4.361.524,80 €**.

Para o projeto, em apreço, apresenta-se os respetivos subsídios e amortizações:

ANO 2018

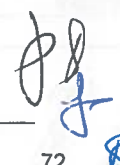
(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/Elegível	Taxa compartic.	Amortizações Acumuladas em 31/12/2018	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2018	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (FUNGISTEEL)	17.100,00 €	17.100,00 €	85,00%	5.700,00 €	726,75 €	4.844,95 €
PROJECTOS DE EXECUÇÃO (1ª EMPREITADA)	4.980,00 €	4.980,00 €	85,00%	1.660,00 €	211,65 €	1.411,05 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA (IRMÃOS CAVACO)	2.072.069,20 €	2.072.069,20 €	85,00%	690.689,62 €	88.062,94 €	587.086,31 €
TRABALHOS DA EMPRESA METROCOMPOST PARA FUNCIONAMENTO DA UTM	2.792.592,44 €	2.792.592,44 €	85,00%	2.327.160,06 €	296.712,95 €	1.978.086,45 €
EMPILHADOR	73.700,00 €	73.700,00 €	85,00%	73.670,41 €	3.478,89 €	62.620,00 €
VIATURA MERCEDES - BENZ 29-JB-59	127.500,00 €	127.500,00 €	85,00%	85.000,00 €	10.837,50 €	72.249,97 €
CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO	43.264,00 €	43.264,00 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	36.774,38 €
TOTAIS	5.131.205,64 €	5.131.205,64 €	-	3.183.880,08 €	400.030,67 €	2.743.073,11 €

Notas:

- Houve uma alteração no valor elegível passando a taxa de participação de 84,33% para 85%.

A participação aprovada no valor de **4.361.524,80** euros encontra-se totalmente liquidada.





ambital
ambientes sustentáveis para a vida

Ambital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM

Monte Novo dos Modernos – Ermidas Sado – Santiago do Cacém
 Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
 NIPC 505 255 391
 Capital Social: € 3.600.000

Anexo (Período de 2018)

Em relação às últimas oito candidaturas encontram-se totalmente executadas. Os valores do investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

ANO 2018

(Valores em euros)

Projeto	Rubrica da candidatura	Valor Aprovado	Valor do Investimento	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-18	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2018	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
				FEDER	%			
Recolha óleos	Viatura recolha oleos 94-JN-56	39.448,83	39.448,83	23.937,55	60,68%	30.901,56	2.393,76	18.751,07
Recolha óleos	Oleão Ecobox PF 360	41.625,00	41.625,00	25.258,05	60,68%	41.625,00	0,00	25.258,06
Recolha óleos	Depósitos p/ oleos alimentares c/ tampa 30 Lt	2.520,00	2.520,00	1.529,14	60,68%	2.520,00	0,00	1.529,13
Triagem automática	Equipamentos sistema triagem automática	694.500,00	735.000,00	395.865,00	53,86%	704.375,00	49.483,12	379.370,62
Rede de Biogás	Rede de Biogás	192.350,00	192.350,00	149.513,66	77,73%	86.156,56	9.344,60	66.969,55
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	Viatura 96-ML-87	109.000,00	109.000,00	69.836,30	64,07%	75.391,43	6.983,63	48.303,33
Ecocentro de Sines	Viatura Iveco 93-MN-84	100.495,00	100.495,00	60.166,36	59,87%	67.834,24	6.016,64	40.612,33
Ecocentro de Sines	Trabalhos de Construção Civil	308.184,89	312.057,04	184.510,28	59,13%	93.617,25	9.225,51	55.353,13
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-51	169.900,00	169.900,00	139.114,99	81,88%	101.939,80	13.911,50	83.468,86
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-52	169.900,00	169.900,00	139.114,99	81,88%	101.939,80	13.911,50	83.468,86
Ecocentro de Sines	1 Bâscula	14.240,00	14.240,00	8.525,49	59,87%	10.679,80	1.065,69	6.394,04
Ecocentro de Sines	2 prensas com tremonha	50.975,00	50.975,00	30.518,73	59,87%	38.231,28	3.814,84	22.889,05
Ecocentro de Sines	9 contentores abertos de 30 m3	33.975,00	33.975,00	20.340,83	59,87%	29.111,57	2.905,83	17.430,29
Ecocentro de Sines	2 contentores fechados de 30 m3	9.550,00	9.550,00	5.717,59	59,87%	8.183,29	816,80	4.899,59
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	200 contentores para deposição de rolhas de cortiça	9.000,00	9.000,00	7.369,25	81,88%	9.000,00	0,00	7.369,25
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	100 contentores para deposição de embalagens de vidro	44.700,00	44.440,32	36.387,96	81,88%	44.440,32	0,00	36.387,96
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Construção Civil Ecocentro p/ fluxo de vidro	198.734,15	198.734,87	162.725,12	81,88%	54.651,98	8.136,26	44.749,34
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	150 Ecopontos	189.599,65	189.599,65	121.476,50	64,07%	189.599,65	0,00	121.464,34
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	Veículo lavagem de ecopontos	83.000,00	83.000,00	53.178,10	64,07%	45.650,18	5.317,81	29.248,03
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	5 Prensas fixas	54.650,00	54.650,00	35.014,26	64,07%	30.057,68	3.501,43	19.257,91
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	6 Contentores fechados de 30 m³	27.600,00	27.600,00	17.683,32	64,07%	21.678,62	2.526,19	13.890,50
Zona Triagem automática	Construção de zona Triagem automática	294.956,99	294.956,99	211.910,63	71,84%	58.991,49	10.595,53	42.382,12
		2.838.904,51	2.883.017,70	1.899.694,08	-	1.846.576,49	149.950,63	1.169.447,37

J B

Notas:

- Houve uma alteração no valor elegível das seguintes componentes passando a taxa de participação de 85,00% para 81,88%.

- Viatura Volvo 93-NG-51
- Viatura Volvo 93-NG-52
- 200 Contentores para deposição de rolhas de cortiça
- 100 Contentores para deposição de embalagens de vidro
- Construção Civil EcoCentro p/ fluxo de vidro

- Houve uma alteração no valor elegível da componente "Construção de zona Triagem automática" passando a taxa de participação de 85,00% para 71,84%.

As participações financeiras aprovadas no valor total de **1.899.694,08 euros** encontram-se totalmente liquidadas.

O projeto "Produção de Combustível Derivado do Resíduo" aprovado no âmbito do POVT – Programa Operacional de Valorização do Território (QREN), prevê um investimento elegível de **1.250.095,45 euros** e foi-lhe atribuída uma participação de **1.062.581,11 euros**.

Para o projeto em apreço apresentam-se os respetivos subsídios e amortizações:

ANO 2018

(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/Elegível	Amortizações Acumuladas em 31/12/2018	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2018	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (A. Cordeiro)	4.350,00	4.350,00 €	906,50 €	184,93 €	770,52 €
EXECUÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE	19.990,00	19.990,00 €	4.164,50 €	849,56 €	3.539,82 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA	206.976,95	206.976,95 €	43.119,72 €	8.796,48 €	36.651,76 €
TRABALHOS DA EMPRESA ELECTROGRANDA	68.928,50 €	68.928,50 €	35.900,50 €	7.323,70 €	30.515,43 €
MITUBISHI CANTER DUONIC COM GRUA E GARRA 79-OE-72	66.500,00 €	66.500,00 €	27.708,50 €	5.652,53 €	23.552,23 €
CHASSIS DE CARGA VOLVO - 22-OE-44	108.000,00 €	108.000,00 €	45.000,00 €	9.180,00 €	38.250,00 €
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO - PLASMAQ	682.350,00 €	682.350,00 €	355.390,64 €	72.499,66 €	302.082,05 €
FORNECIMENTO E ADAPTAÇÃO SISTEMA DE TRATAMENTO - PLASMAQ	93.000,00 €	93.000,00 €	48.437,64 €	9.881,25 €	41.172,00 €
TOTAIS	1.250.095,45 €	1.250.095,45 €	560.628,00 €	114.368,11 €	476.533,81 €

A participação aprovada no valor de **1.062.581,11 euros** encontra-se totalmente liquidada.



Em 2015, a AMBILITAL elaborou e submeteu duas candidaturas adicionais. Essas candidaturas, apresentadas no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020 e cujo investimento se encontra em curso, foram aprovadas em outubro de 2017 com as seguintes condições:

- a) Candidatura “Ampliação e otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos”, com um investimento elegível de 4.995.901,11 euros, cofinanciada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado a 21 de novembro de 2017;
- b) Candidatura “Otimização e ampliação da rede de recolha seletiva”, com um investimento elegível de 4.007.215,44 euros, cofinanciada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado em 21 de novembro de 2017.

Em 2017, a AMBILITAL elaborou e submeteu uma nova candidatura que foi aprovada em 29 de Janeiro de 2019, apresentada no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020 e cujo investimento se encontra em curso. Este projeto apresenta as seguintes características:

- a) Candidatura “Ambilital Zero”, com um investimento elegível de 95.856,06 euros, cofinanciada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado em fevereiro de 2018.

16. Imposto sobre o rendimento

a) Principais componentes de gastos de impostos

A estimativa de imposto corrente é de 87.236,08 euros em 2018 e foi de 127.974,14 euros em 2017 e inclui o IRC derivado da aplicação da taxa de 21%, as tributações autónomas e a derrama.

b) Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa se encontra fixada em 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		2018			2017				
		Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1	-	280.607,34			412.048,99		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	-	82.145,45			117.792,88		
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	3	362.752,79		-	529.841,87		-
Ajustamentos para o lucro tributável (Diferenças definitivas)	A acrescentar		4	24.669,58			46.656,33		
	A deduzir		5	- 14.631,32			- 21.831,86		
	A acrescentar		6						
	A deduzir		7						
Lucro/(Prejuízo fiscal)		8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		372.791,05	21,00%	-	554.666,34	21,00%	-
Dedução de perdas fiscais		9		-			-		
Matéria coletável / colecta		10 = 8 - 9		372.791,05	21,00%	78.286,12	554.666,34	21,00%	116.479,93
Benefícios Fiscais		11				-			-
IRC Liquidado		12 = 10 - 11		372.791,05	21,00%	78.286,12	554.666,34	21,00%	116.479,93
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma	13		8.024,08	27,50%	2.206,62	5.360,53	27,50%	1.474,15
				11.514,69	10,00%	1.151,47	17.000,60	10,00%	1.700,06
				-	5,00%	-	-	5,00%	-
Derrama		14		372.791,05	1,50%	5.591,87	554.666,34	1,50%	8.320,00
Imposto corrente		3	15 = 12 + 13 + 14			87.236,08			127.974,13
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média		3		362.752,79	24,05%	87.236,08	529.841,87	24,15%	127.974,13

c) Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

Impacto na demonstração de resultados	2018	2017
Passivos por impostos diferidos	5.090,63	10.181,26

Impacto no passivo	2018	2017
Passivos por impostos diferidos	5.090,63	10.181,26

d) Conforme se refere na ota nº 5, procedeu-se ao desreconhecimento do montante de impostos diferidos ativos por contrapartida de resultados transitados.



17. Instrumentos financeiros

a) Cientes

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, e apresentados no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associados, de forma a refletir o justo valor no final do período.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Cientes” tinha a seguinte composição:

	2018	2017
	Ativo	Ativo
Cientes		
Cientes conta corrente	721.731,43	702.577,00
Cientes títulos a receber	0,00	0,00
Cientes letras descontadas	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	40.870,05	40.870,05
	762.601,48	743.447,05
Perdas por imparidade acumuladas	-40.870,05	-40.870,05
	721.731,43	702.577,00

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a decomposição da rubrica de Cientes de cobrança duvidosa, é como se segue:

Nome	Valor
LUIS MANUEL RAPOSO GONÇALVES	1.466,37
ACORIL EMPREITEIROS SA	34.819,74
ANTORGIL LDA	351,20
MILRAMOS	25,26
COMFRATONIO CONSTRUÇÕES, LDA	13,53
OLIVO	20,35
YAROSCAR SHEHERBJAX	270,24
MAQUISUSI, LDA	775,07
ENERSOPRO, LDA	536,24
DIESELBASE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1322,88
MARIA ESTRELLA	1269,18
TOTAL	40.870,06

Handwritten initials and a signature in blue ink.



b) Outros créditos a receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, e apresentados no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associados, de forma a refletir o justo valor no final do período.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	2018	2017
	Corrente/ Não Corrente	Corrente/ Não Corrente
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores	2.301,05	1.169,83
Subsídios (entidades gestoras)	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	691,35	1.191,00
Outros	1.765,47	1.762,61
	<u>4.757,87</u>	<u>4.123,44</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	<u>4.757,87</u>	<u>4.123,44</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores”.

c) Diferimentos

Em cumprimento do regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos da rubrica “Diferimentos” foram como segue:

	2018	2017
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	14.359,53	21.620,12
Outros gastos a reconhecer	3.407,86	1.040,36
	<u>17.767,39</u>	<u>22.660,48</u>
Diferimentos (Passivo)		
Operações de Selagem Aterro e Monitorização	816.964,61	816.964,61
Outros a reconhecer	0,00	0,00
	<u>816.964,61</u>	<u>816.964,61</u>



Os rendimentos a reconhecer (Diferimentos passivos) resultam da alteração do procedimento contabilístico no âmbito das atividades futuras de selagem e monitorização do aterro após o encerramento cujos valores subjacentes foram provisionados até 2007 e a partir dessa data foram contabilizados como rendimento a reconhecer.

d) Financiamentos obtidos

São inicialmente reconhecidos ao justo valor, que inclui os custos de transação atribuíveis à sua emissão, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os saldos apresentavam-se como segue:

	2018		2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	75.521,24	143.060,86	217.982,16	142.506,35
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
	75.521,24	143.060,86	217.982,16	142.506,35

Os financiamentos são classificados como passivo corrente ou não-corrente, consoante o prazo estabelecido para o seu pagamento não é, ou é, superior a 12 meses após a data de encerramento.

À data do balanço não existiam situações de incumprimento em financiamentos contraídos.

e) Fornecedores

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, as dívidas a terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	2018	2017
	Passivo	Passivo
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	145.848,87	175.330,10
	145.848,87	175.330,10



f) Outras dívidas a pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, as dívidas a terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outras dívidas a pagar”, evidenciada no passivo corrente e não corrente, tinha a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2018	2017
	Corrente e não corrente	Corrente e não corrente
Fornecedores de investimentos	26.552,06	185.608,24
Outros credores	925.357,81	983.950,28
Credores por acréscimo de gastos	619.001,97	467.225,43
Clientes c/c	0,00	0,00
	<u>1.570.911,84</u>	<u>1.636.783,95</u>

g) Capital próprio

g.1) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por duas quotas, num total de 3.600.000 €.

g.2) Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Os estatutos da empresa consideram uma dotação de 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal sendo que é nesta percentagem que a dotação tem sido efetuada.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2017 foi aplicado no reforço da reserva legal em 41.204,90 euros.



g.3) Reserva Livre

A reserva livre, cuja constituição foi decidida pelos sócios nas assembleias de aprovação de contas, pode ser utilizada livremente pelos mesmos.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2017 foi aplicado no reforço da reserva livre em 121.807,85 euros.

g.4) Resultados transitados

Os saldos a 1 de Janeiro e 31 de dezembro de 2018 e os movimentos ocorridos são os seguintes:

Explicação/Conta	561	5694	5695	5696	5698/9	TOTAL
Saldos Iniciais 2018	-3.427,72	0,00	22.625,00	-12.691,00	-5.090,62	1.415,66
Remensuração ao Justo Valor						0,00
Ajustamento depreciação acumulada	22.625,00		-22.625,00			0,00
Transferência do montante dos Imp. Dif.	-5.090,63				5.090,62	-0,01
Saldos Finais 2018	14.106,65	0,00	0,00	-12.691,00	0,00	1.415,65

Valores positivos = Valor credor / Valores negativos = Valor devedor (valores em euros)

g.5) Outras variações de capital

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Outras Variações do Capital Próprio	2018	2017	Variação 2017/2018
Subsídios Recicláveis 70% CCDR	574.759,82	671.926,40	-14,46%
Subsídios Recicláveis 10% INR	87.108,04	100.988,96	-13,74%
Subsídios RSU 70% CCDR	0,00	0,00	-
Subsídios UTM 70% POVt	1.618.452,10	2.018.482,74	-19,82%
Subsídios OVER 50% CCDR	0,00	0,00	-
Subsídios 57% CCDR - PORA	730.245,62	880.196,30	-17,04%
Subsídios 85% POVt - CDR	586.047,11	700.415,27	-16,33%
Subsídios 85% POSEUR FC 000004	179.194,17	0,00	-
Subsídios 85% POSEUR FC 000002	318.541,74	0,00	-
Subsídios 85% POSEUR FC 000112	17.307,44	0,00	-
Ajustamentos em subsídios	-925.122,56	-983.702,12	-5,96%
Total	3.186.533,48	3.388.307,55	-5,96%



Distribuições

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 atribuídos aos acionistas/sócios ascenderam a 250.800,46 euros.

18. Acontecimentos após a data do balanço

a) Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras preparadas pelos serviços foram aprovadas e subscritas pelo Conselho de Administração na data mencionada no Relatório de Gestão.

b) Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Após a data do Balanço, não foram recebidas quaisquer informações sobre factos suscetíveis de afectar as contas ou influenciar a sua apreciação.

19. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada.

20. Matérias ambientais

Apresenta-se de seguida os valores estimados e contabilizados dos custos a incorrer com a selagem do aterro e a sua monitorização após encerramento e respetivos ativos para fazer face a essa despesa:

(Valores em euros)

Especialização dos custos com a selagem e monitorização do Aterro após encerramento	Valor
Provisões - 2002	108.000,00
Provisões - 2003	221.805,71
Provisões - 2004	229.617,33
Provisões - 2005	224.560,98
Provisões - 2006	417.184,62
Diferimento de proveitos (2007)	453.846,70
Diferimento de proveitos (2008)	363.117,91
Reversão da provisão 2018	-678.120,63
Total	1.340.012,62



(Valores em euros)

Activos para garantir a despesa	Valor
Depósito Bancário	899.464,61
Garantias a favor da CCDR	175.404,33
Total	1.074.868,94

21. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, e o respetivo número, de colaboradores a 31 de dezembro de 2018, ventilado por categorias, foram como segue:

	31/dez/18	31/dez/17
Remunerações do pessoal	-742.373,99	-720.508,66
Seguro de ac. de trab. e doenças profissionais	-17.671,28	-11.439,92
Encargos sobre remunerações	-177.607,51	-173.201,87
Outros gastos com pessoal	-50.392,29	-54.612,14
	-988.045,07	-959.762,59

	31/dez/18	31/dez/17
	Nº colaboradores	Nº colaboradores
Administrativas	2	2
Cantoneiros/triadores	10	10
Operadores de Estação	10	12
Motoristas	17	17
Serralheiro/mecânico	1	1
Encarregados	4	4
Diretores	4	4
TOTAL	48	50

22. Outras informações

a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:



	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	512.979,56	281.779,67
Outros impostos e taxas	109.582,98	227,49
	<u>622.562,54</u>	<u>282.007,16</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	87.236,08	42.086,39
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	6.893,35	5.775,00
Segurança Social, CGA e ADSE	17.800,43	17.459,21
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>111.929,86</u>	<u>65.320,60</u>

b) Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Conservação e reparação	-986.862,46	-456.626,76
Eletricidade	-84.622,30	-97.846,95
Trabalhos especializados	-192.277,28	-170.714,19
Serviços bancários	-3.033,69	-3.357,95
Seguros	-33.644,02	-33.927,69
Combustíveis	-70.763,35	-64.666,51
Óleos e lubrificantes	-12.485,53	-6.781,93
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-106.767,23	-53.593,23
Despesas de representação	-119,00	-83,30
Comunicação	-5.506,06	-4.579,13
Rendas e alugueres	-103.690,66	-96.649,81
Deslocações e estadas	-4.973,17	-4.159,05
Publicidade e propaganda	-850,00	-3.950,00
Material de escritório	-4.035,90	-2.219,18
Honorários	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	-8.274,85	-9.456,03
Outros	-15.239,46	-15.918,57
	<u>-1.633.144,96</u>	<u>-1.024.530,28</u>



c) Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Alienações / Sinistros	1.301,24	10.826,44
Correções relativas a períodos anteriores	19.651,11	7.769,44
Imputação do sub. para investimentos	775.396,98	816.584,04
Outros rendimentos e ganhos	430,34	4.033,73
Juros obtidos	<u>3.432,12</u>	<u>9.103,95</u>
	<u>800.211,79</u>	<u>848.317,60</u>

d) Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Impostos e taxas	-503.979,66	-376.613,52
Perdas em Inventários	-3.272,51	-4.382,17
Donativos	0,00	-100,00
Quotizações	-11.000,00	-11.000,00
Correções relativas a períodos anteriores	-801,69	-1.184,76
Outros gastos e perdas	<u>-1.242,90</u>	<u>-413,74</u>
	<u>-520.296,76</u>	<u>-393.694,19</u>

e) Juros e gastos similares obtidos e suportados

Os juros e gastos similares obtidos e suportados, nos períodos de 2018 e de 2017, tinham a seguinte composição:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-2.986,54	-4.306,55
Outros gastos e perdas de financiamento	-130,76	-193,20
	<u>-3.117,30</u>	<u>-4.499,75</u>

Handwritten initials and signatures in blue ink.



23. Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento na implementação do Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **86.598,03 euros**;

b) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento no Sistema de Tratamento de Lixiviado do Aterro Sanitário, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **24.449,49 euros**.

c) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A, no âmbito dos projetos candidatados ao Alentejo e que já se encontram em funcionamento foi de **149.950,63 euros**.

d) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Tratamento Mecânico por Compostagem, revelado nas contas foi de **400.030,65 euros**.

e) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Produção de Combustível Derivado do Resíduo, revelado nas contas foi de **114.368,16 euros**.

f) Foram considerados benefícios fiscais de acordo com as seguintes tabelas:

Benefícios Fiscais utilizados	Acréscimo de custos	Poupança IRC
Donativo - Estatuto do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99)	0,00	0,00
Criação de emprego - EBF (Artigo 19º do EBF)	14.631,32	3.292,05
Redução da Taxa de IRC - EBF (nº1, alínea a) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Criação líquida postos trabalho - EBF (nº1, alínea d) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Amortizações - EBF (nº1, alínea c) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Benefício Fiscal (Quotizações)	0,00	0,00
Total	14.631,32	3.292,05



g) O enquadramento legal desta empresa, durante o exercício de 2016 encontrava-se descrito na Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto (Regime Jurídico da Actividade Local e das Participações Locais) actualmente em vigor.

h) A empresa tem a sua situação regularizada perante os trabalhadores da empresa.

i) Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía responsabilidades com duas garantias bancárias prestada a favor da Comissão Coordenadora e de Desenvolvimento do Alentejo, no valor de 82.500,00 euros e 92.904,33 euros, no âmbito das obrigações decorrentes da licença de exploração do Sistema Intermunicipal de gestão de resíduos da AMAGRA, incluindo as relativas ao processo de encerramento e à manutenção pós-encerramento dos seus dois aterros.

24. Proposta de aplicação dos resultados

A Administração propõe que o resultado líquido apurado no final do exercício de 2018, no montante de 280.607,34 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Reserva Legal (10%)	€ 28.060,73
- Reservas Livres	€ 1.746,15
- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 250.800,46

Ermidas Sado, 21 de fevereiro de 2019.

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração

ambiental:zero



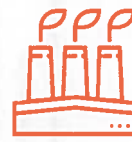
ambiental
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



zero resíduos



zero desperdício



zero poluição



Mapa de Execução Anual do Plano de investimentos de 2018



ambital
Sociedade por Quotas, Lda

Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM
Empresa Intermunicipal
Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém
Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
NIPC 505 265 391
Capital Social: € 3.000.000

MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO DE 2018

Imobilizado Corpóreo	Investimento TOTAL	Investimento períodos anteriores	Previsto p/2018	Executado	Devo	Justificação
Edifícios e Outras Construções	8.448.552,31	127.800,00	5.300.000,00	659.452,42	-4.640.547,58	---
Ampliação e otimização da UTMB e UCDD	8.000.000,00	127.800,00	5.000.000,00	510.900,11	-4.489.099,89	Investimento em curso
Valorização de biogás e ampliação unidade CVE + PT	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	-200.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Remodelação da ET Grândola	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Remodelação da ET Açúcar do Sal	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Reparação de Estrada acesso	148.552,31	0,00	0,00	148.552,31	148.552,31	Investimento não previsto em orçamento
Equipamentos Exploração	4.020.048,64	0,00	2.231.000,00	888.803,64	-1.342.196,36	---
Otimização da rede de recolha selectiva	3.100.000,00	0,00	2.000.000,00	374.755,00	-1.625.245,00	Investimento em curso
Contentores RSU	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	-25.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Incentivo à compostagem (triturador + compostores)	176.000,00	0,00	26.000,00	0,00	-26.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Viaturas de transferência usadas (2)	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Viatura de Transporte Usada - Tractor + pneus móveis (3)	105.000,00	0,00	80.000,00	0,00	-80.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
I&D Combustíveis alternativos e gestão de frotas	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Candidatura AMBILITAL Zero	20.361,70	0,00	0,00	20.361,70	20.361,70	Investimento não previsto em orçamento - investimento em curso
Investimento na CVE	295.290,80	0,00	0,00	295.290,80	295.290,80	Investimento não previsto em orçamento - investimento em curso
Tapete Transportador	20.127,87	0,00	0,00	20.127,87	20.127,87	Investimento não previsto em orçamento - investimento concluído
Electrobomba LOWARA	4.963,27	0,00	0,00	4.963,27	4.963,27	Investimento não previsto em orçamento - investimento concluído
Separador Balístico	153.970,00	0,00	0,00	153.970,00	153.970,00	Investimento não previsto em orçamento - investimento concluído
Grelha p/Moinhos	5.835,00	0,00	0,00	5.835,00	5.835,00	Investimento não previsto em orçamento - investimento concluído
3 Viaturas usadas	13.500,00	0,00	0,00	13.500,00	13.500,00	Investimento não previsto em orçamento - investimento concluído
Equipamento Administrativo	16.000,00	0,00	4.000,00	4.925,01	925,01	---
Mobiliário diverso	8.000,00	0,00	2.000,00	0,00	-2.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2019/20
Material Informático diverso	8.000,00	0,00	2.000,00	4.925,01	2.925,01	Investimento concluído.
Outros activos	320.000,00	0,00	305.000,00	7.079,74	-237.920,26	---
Ferramentas e utensílios diversos	20.000,00	0,00	5.000,00	7.079,74	2.079,74	Investimento concluído.
Sensibilização e comunicação	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	-300.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2019/20
Total do investimento no Exercício	12.804.600,95		7.840.000,00	1.580.280,81	-6.279.739,19	

Ermidas Sado, 21 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

[Assinatura]

O Conselho de Administração

[Assinatura]

